



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 036

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 25 DE ABRIL DE 2006

ANO XXXI

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PMDB

ELIO RUSCH

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK

5º Secretário - PMRB

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Dobrandino da Silva
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Traiano
PMDB Antonio Anibelli
PT Ângelo Vanhoni
PDT Luiz Carlos Martins
PPS Waldir Leite
Bloco Parlamentar PTB/PL/PMRB Jocelito Canto
Bloco Parlamentar PP/PSB Cida Borghetti

Representação Partidária

PMDB - 14: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 02: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PMRB** - 01: Pastor Edson Praczyk

DIÁRIO Nº 036**32ª SESSÃO ORDINÁRIA****SUMÁRIO****Mesa Executiva 02****Presenças 02****Abertura da Sessão 03****Expediente:**

Questão de Ordem 03

Indicações 06

Requerimentos 06

Projetos de Lei 10

Pequeno Expediente:

Dep. Barbosa Neto 16

Dep. Marcos Isfer 16

Dep. Ademar Traiano 17

Dep. José Maria Ferreira 18

Dep. José Domingos Scarpellini 18

Dep. Neivo Beraldin 19

Grande Expediente:

Sr. Epitácio Antonio dos Santos

Presidente da Nova Central dos

Trabalhadores 20

Sr. Gladir Antonio Passos

Vice-Pres. Nac. da Confederação

Geral dos Trabalhadores 21

Interlocutores:

Dep. Ângelo Vanhoni 23

Dep. Mauro Moraes 23

Dep. José Domingos Scarpellini 23

Dep. José Maria Ferreira 23

Dep. Valdir Rossoni 23

Dep. Antonio Anibelli 24

Dep. Elza Correia 24

Horário das Lideranças:

Liderança do PDT

Dep. Augustinho Zucchi 24

Liderança do Bloco PP/PSB

Dep. José Domingos Scarpellini 26

Liderança do PFL

Dep. Plauto Miró Guimarães 27

Liderança do PT

Dep. Ângelo Vanhoni 28

Liderança do PSDB

Dep. Valdir Rossoni 30

Liderança do PMDB

Dep. Rafael Greca 31

Liderança do Governo

Dep. Rafael Greca 32

Liderança da Oposição

Dep. Elio Rusch 34

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 37

Discussão / Votação:

Redação Final 37

3ª Discussão 38

2ª Discussão 38

1ª Discussão 38

Requerimentos 42

Encerramento da Sessão 42**Transcrição 42****DIÁRIO Nº 036****32ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 32ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
25 DE ABRIL DE 2006**

*(terça-feira)***Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pelo Sr. Deputado Marcos Isfer e pela Sra. Deputada Cida Borghetti.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Caíto Quintana, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Edson Strapasson, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto,

José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Vanderlei Iensen (46). Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Carlos Simões, Geraldo Cartário, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Luiz Fernandes da Silva Litro e Waldir Leite (07); e em viagem representativa o Sr. Deputado André Vargas (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Questão do Ordem

QUESTÃO DE ORDEM

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, amparado pelo artigo 120 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, vem respeitosamente perante V. Exa. requerer sejam juntadas todas as propostas de emenda constitucional que visam o fim do nepotismo.

Para tanto, requer, liminarmente, sejam suspensos os prazos para a propositura das emendas previstas no artigo 190 do Regimento Interno, até ulterior análise deste.

Inicialmente cumpre ressaltar que a Proposta de Emenda Constitucional nº 40/2005, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, permanece em trâmite perante esta Casa, implicando o afastamento das vedações contidas no disposto nos artigos 60, parágrafo 5º da Constituição Federal e 64, parágrafo 4º da Constituição Estadual.

Isso porque, conforme se depreende do seu processo legislativo, fora rejeitado o seu substitutivo e não sua proposta inicial.

Note-se que em muito difere o substitutivo geral apresentado da PEC 40 em seu texto original. O substitutivo geral foi apresentado pela Comissão competente. Veja-se o conceito de substitutivo dado pelo Regimento Interno:

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 2º Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto.

Note-se que a Comissão designada para análise da PEC tem atribuição definida pelo artigo 191 do Regimento Interno, devendo opinar sobre a PEC e as emendas propostas.

Ou seja, o substitutivo geral não guarda intrínseca relação com o texto da PEC original. Sendo assim, a rejeição é do substitutivo e não da PEC, de modo a continuar em trâmite legislativo a PEC 40/2005. O texto do parágrafo 5º da Constituição Federal é claro:

§ 5º A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de proposta na mesma sessão legislativa.

O Regimento Interno não deixa margem de dúvidas: Proposta de Emenda Constitucional é um procedimento legislativo enquanto a Emenda Substitutiva é totalmente diversa.

Art. 50. Os trabalhos das comissões obedecerão à seguinte ordem:

...

§ 4º A comissão que receber proposição, mensagem ou qualquer outro papel que lhe for enviado pela Mesa poderá, ainda, propor a sua adição, ou a sua rejeição, total ou parcial, apresentar emendas e subemendas.

...

Art. 177. Terão preferência para discussão e votação as seguintes matérias, na ordem assim estabelecida:

I - prorrogação da Sessão Legislativa;

II - emenda constitucional;

III - adiamento da Sessão Legislativa;

IV - matéria considerada urgente;

V - leis orçamentárias.

Art. 178. Terão preferência na votação:

I - as emendas supressivas;

II - as emendas substitutivas sobre a proposição a que se referirem, bem como sobre as aditivas e as modificativas;

III - as emendas das comissões sobre as dos Deputados.

Parágrafo único. Os requerimentos de preferência serão escritos e resolvidos pela ordem de sua apresentação, mas, quando simultaneamente, a preferência será regulada pela importância da matéria a que se referirem, a critério do Presidente.

Ora, se a emenda substitutiva (ou substitutivo geral) tem preferência em votação sobre a proposição a que se refere, é evidente que se tratam de duas votações distintas e autônomas.

Demais disso, conforme se verá adiante, a proposta de emenda constitucional pode ser proveniente **a)** de um terço, no mínimo, dos membros da Assembléia Legislativa; **b)** do Governador do Estado; e **c)** de um terço das Câmaras Municipais do Estado, manifestando-se cada uma delas pela maioria relativa de seus membros. Já o substitutivo pode ser da redação de apenas um Deputado, ou, como no caso em apreço, subscrito por cinco Deputados, longe dos requisitos constitucionais. Note-se que o substitutivo pode suprimir ou adiar a proposta original. Assim, ao se tratar substitutivo e proposição como um todo, existiria risco de se desvirtuar os requisitos constitucionais de iniciativa.

A doutrina não destoa. José Afonso da Silva (Princípios do Processo de Formação das Leis no Direito Constitucional, p. 161, item n. 67, 1964, RT), Manoel Gonçalves Ferreira Filho (Do Processo Legislativo, p. 205, item 126, 1995, Saraiva), Pinto Ferreira (Comentários à Constituição Brasileira, vol. 3/305, 1992, Saraiva) entendem que **há uma relação de acessoriedade entre a proposta principal e as emendas a ela oferecidas - emendas que sempre constituem incidentes do processo legislativo - de tal modo que a rejeição do projeto terá o efeito de prejudicar as emendas apresentadas, eis que estas, como já enfatizado, são qualificáveis como proposições meramente acessórias ou secundárias.**

De outro lado, **a eventual rejeição das emendas, inclusive daquelas de caráter substitutivo, não gerará este mesmo efeito jurídico, eis que o destino das proposições acessórias não repercute sobre a situação jurídica da proposta principal.**

Ou seja, a rejeição do substitutivo geral da PEC 40/2005 não tem como efeito a prejudicialidade em relação ao seu texto original. Logo a PEC 40/2005 subsiste, tendo em vista que o substitutivo geral é mera proposição acessória, irreduzível à noção mesma de proposta de emenda à Constituição.

Via de consequência, a rejeição de uma emenda substitutiva (substitutivo geral) não implica a rejeição da emenda constitucional, ou mais precisamente, do projeto original.

Ressalte-se que o que fundamentou a rejeição do substitutivo geral foi sua redação que era capaz de comprometer os efeitos almejados e não propriamente o conteúdo da PEC 40/2005.

Cumpra citar posicionamento de e. Supremo Tribunal Federal, em análise a caso de particular sintonia com o presente:

MS 22503/DF - Distrito Federal

Mandado de Segurança

Relator(a): Min. Marco Aurélio

Relator(a) p/ Acórdão: Min. Maurício Corrêa

Julgamento: 08/05/1996

Órgão Julgador: Tribunal Pleno

Publicação: DJ 06.06.1997 PP-24872 Ement VOL-01872-03 PP-00385 RTJ VOL-00169-01 PP-00181 Parte(s)

IMPTE: Jandira Feghali e Outros

ADVDO: Paulo Machado Guimarães e Outros

IMPTE: Sandra Meira Starling e Outros

IMPDO: Presidente da Mesa da Câmara dos Deputados

Ementa

EMENTA: Mandado de Segurança impetrado contra o Ato do Presidente da Câmara dos Deputados, relativo à tramitação de emenda constitucional, alegação de violação de diversas normas do Regimento Interno e do artigo 60, parágrafo 5º, da Constituição Federal. Preliminar: impetração não conhecida quanto aos fundamentos regimentais, por se tratar de matéria *interna corporis* que só pode encontrar solução no âmbito do Poder Legislativo, não sujeita à apreciação do Poder Judiciário; conhecimento quanto a fundamento constitucional. Mérito: reapresentação, na mesma Sessão Legislativa, de Proposta de Emenda Constitucional do Poder Executivo, que modifica o Sistema de Previdência Social, estabelece normas de transição e dá outras providências (PEC nº 33-A, de 1995).

1 - Preliminar. 1. Impugnação de ato do Presidente da Câmara dos Deputados que submeteu a discussão e votação emenda aglutinativa, com alegação de que, além de ofender ao parágrafo único do artigo 43 e ao parágrafo 3º artigo 118, estava prejudicada nos termos do inciso VI do artigo 163, e que deveria ter sido declarada prejudicada, a teor do que dispõe o nº 1 do inciso I do artigo 17, todos do Regimento Interno, lesando o direito dos impetrantes de terem assegurados os princípios da legalidade e moralidade durante o processo de elaboração legislativa. A alegação, contrariada pelas informações, de impedimento do relator - matéria de fato - e de que a emenda aglutinativa inova e aproveita matéria prejudicada e rejeitada, para reputá-la inadmissível de apreciação, é questão *interna corporis* do Poder Legislativo, não sujeita à reapreciação pelo Poder Judiciário. Mandato de segurança não conhecido nesta parte. 2. Entretanto, ainda que a inicial não se refira ao parágrafo 5º do artigo 60 da Constituição, ela menciona dispositivo regimental com a mesma regra; assim interpretada, chega-se à conclusão que nela há insita uma questão constitucional, esta sim, sujeita ao controle jurisdicional. Mandado de segurança conhecido quanto à alegação de impossibilidade de matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada poder ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

II - Mérito. 1. Não ocorre contrariedade ao parágrafo 5º do artigo 60 da Constituição na medida em que o Presidente da Câmara dos Deputados, autoridade coatora, aplica dispositivo regimental adequado e declara prejudicada a proposição que tiver

substitutivo aprovado, e não rejeitado, ressalvados os destaques (artigo 163, V). 2. É de ver-se, pois, que tendo a Câmara dos Deputados apenas rejeitado o substitutivo, e não o projeto que veio por mensagem do Poder Executivo, não se cuida de aplicar a norma do artigo 60, parágrafo 5º, da Constituição. Por isso mesmo, afastada a rejeição do substitutivo, nada impede que se prossiga na votação do projeto originário. O que não pode ser votado na mesma sessão legislativa é a emenda rejeitada ou havida por prejudicada, e não o substitutivo que é uma subespécie do projeto originalmente proposto. 3. Mandato de segurança conhecido em parte, e nesta parte indeferido.

Decisão

- Preliminarmente, o Tribunal conheceu, em parte, do pedido, nos limites do fundamento constitucional de ofensa ao artigo 60, parágrafo 5º da Constituição Federal, vencidos, parcialmente, os Ministros Marcos Aurélio (Relator), Ilmar Galvão e Celso de Mello, que conheciam integralmente da impetração, e, dos Ministros Carlos Velloso e Octavio Galloti, que dela não conheciam. No mérito, por maioria de votos, o Tribunal indeferiu a segurança e, em consequência, cassou a medida liminar concedida, vencido o Ministro Marco Aurélio (Relator). Relator para o acórdão o Ministro Maurício Corrêa. Votou o Presidente na preliminar e no mérito. Falaram: pelos impetrantes, o Dr. Paulo Machado Guimarães, pelo impetrado o Dr. Luiz Carlos Bettiol, e, pelo Ministério Público Federal, o Dr. Geraldo Brindeiro, Plenário, 08.05.96.

O teor dos votos dos Senhores Ministros não deixa margem para dúvidas.

Para o Ministro Maurício Correa, *o que não pode ser votado na mesma sessão legislativa é a emenda rejeitada ou havida por prejudicada e não, repito, o substitutivo que é uma subespécie do projeto originalmente proposto.*

Já o Ministro Francisco Rezek usa dois exemplos. O primeiro, supõe PEC relativa a *habeas corpus*, cuja matéria que estendesse seu alcance faria precluir qualquer matéria que visasse retringi-lo. O segundo, supõe a eventual rejeição de PEC que estendesse a amplitude das inelegibilidades implicaria impossibilidade de proposição de nova PEC que visasse o contrário. Assim, conclui: *não me parece que a regra do parágrafo 5º seja tão severa a ponto de fazer estagnar e prolongar-se, ao longo de anos, uma perspectiva de reforma constitucional. A tanto chegaríamos se déssemos ao parágrafo 5º uma leitura extremamente constritiva.*

O Ministro Ilmar Galvão afirma que a emenda substitutiva é denominada “substitutivo”. Assim, a rejeição do substitutivo está longe de ser a rejeição da proposta de emenda constitucional, devendo dar ensejo à votação desta, após a apreciação de outras eventuais emendas que lhe tenham sido propostas. Portanto, não tendo sido concluído o processo legislativo alusivo àque-

las emendas constitucionais, não teria cabimento falar-se em emenda constitucional rejeitada e, por conseguinte, em afronta ao artigo 60, parágrafo 5º.

Esclarecedor o voto de Carlos Velloso *volto ao tema da rejeição do substitutivo, para dizer que tal rejeição não tem como consequência a rejeição da proposta de emenda. Uma coisa é diferente de outra. A proposta de emenda constitucional somente pode ser apresentada por um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal pelo Presidente da República ou por mais da metade das Assembléias Legislativas estaduais (C.F., artigo 60, I, II, III). ora, o substitutivo é apresentado apenas por um parlamentar. Isto mostra que uma (a proposta de emenda) e outro (o substitutivo) diferem. E mais: o que a Constituição impede é que a matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada possa ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa (C.F., artigo 60, parágrafo 5º). Refere-se a Constituição, portanto, à matéria constante de proposta de emenda e não à matéria constante de substitutivo.*

Neste sentido, têm-se ainda os votos dos Ministros Octávio Galloti, Celso de Mello, Sydney Sanches, Néri da Silveira e do então Presidente do E. STF Ministro Sepúlveda Pertence.

Logo, há que prosseguir a PEC nº 40/05.

Outro ponto que ora se sustenta é a juntada de todas as Proposições de Emendas Constitucionais que tratam do mesmo assunto.

Dispõe o Regimento Interno:

Art. 120. Poderá a Assembléia decidir, com requerimento de qualquer Deputado, que determinada proposição seja juntada a outra, a fim de que ambas, merecendo pareceres das Comissões Permanentes competentes, sejam, pela sua analogia ou similitude, transformadas numa só.

Tendo em vista o trâmite da Proposição de Emenda Constitucional nº 27/06, de autoria do Poder Executivo, cujo objeto é similar, além de outra PEC de iniciativa dos Deputados Estaduais de mesmo objeto, entendemos recomendável a reunião de ambas as Emendas para trâmite em comum.

Note-se que embora sejam de iniciativa de Poderes distintos, ambas as proposições tratam da mesma matéria, cumprindo o exigido pelo artigo 120.

A PEC é uma proposição, nos termos do artigo 117 do mesmo diploma legal, sendo possível a transformação em uma PEC só. Demais disso, por força do artigo 195 do Regimento Interno, aplica-se à proposta de emenda à Constituição, no que não colidirem com o disposto nos artigos anteriores, as disposições regimentais relativas ao trâmite e apreciação dos projetos de lei.

A junção de todas as propostas possibilitará a sua melhor discussão, a fim de que se chegue a solução que atenda de forma mais eficaz as necessidades públicas.

Por outro lado, as três propostas de emenda à Constituição estão em fase inicial, a tempo de uni-las

para que a comissão chegue a um consenso que satisfaça os preceitos do Estado.

Sendo assim, requer seja juntadas todas as propostas de Emendas à Constituição.

Pede deferimento.

Sala das Sessões, em 25.04.06.

(a) NEREU MOURA

Apoioamento:

Vanderlei Iensen, Mauro Moraes, Elza Correia e Nelson Garcia.

Indicação

INDICAÇÃO

O Líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores, que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem indicar o Deputado Elton Carlos Welter para compor a Comissão que irá analisar a Proposta de Emenda à Constituição Estadual, proposta através da proposição PEC nº 27/06, que trata do nepotismo, de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 25.04.06.

(a) ÂNGELO VANHONI

Líder da Bancada do PT

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 940

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a dispensa da redação final para os projetos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 25.04.06.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 941

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja marcado horário no Grande Expediente da Sessão Plenária do dia 15 de maio próximo, para homenagear a Associação Paranaense de Apoio à Criança com Neoplasia e a Associação Eclética de Curitiba, que foram agraciadas com o Prêmio Bem Eficiente, pelo maravilhoso trabalho realizado pelas associações em benefício da sociedade paranaense.

Sala das Sessões, em 25.04.06.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 934

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE à egrégia Assembléia todo apoio institucional e também que o Plenário do Centro Legislativo Anibal Khury seja reservado dia 30 de maio, terça-feira,

a partir das 17 horas, para a realização de Sessão Solene comemorativa à entrega do título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Padre Reginaldo Manzotti.

Sala das Sessões, em 25.04.06.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Os relevantes serviços prestados ao Estado do Paraná pelo Padre Reginaldo Manzotti o fazem merecedor de tamanha homenagem.

Padre Reginaldo Manzotti, nascido aos 25 dias do mês de abril de 1970, é natural de Paraíso do Norte, Noroeste do Estado do Paraná. Filho de Antônio Manzotti e Percília Maria Manzotti, é o sexto filho de uma tradicional família de descendentes italianos. Até a sexta série estudou em sua cidade natal.

Aos onze anos foi para o Seminário dos Freis Carmelitas na cidade de Graciosa, no Paraná (32 quilômetros da cidade de Paranavaí). O segundo grau fez no Seminário São João da Cruz em Paranavaí.

Cursou Filosofia e Teologia em Curitiba. Filosofia no Instituto de Filosofia Vicentina (reconheceu este curso posteriormente pela USP em São Paulo). A Teologia fez no *Studium Theologicum* (reconheceu a Teologia pela Universidade Lateranense de Roma). Em seguida fez uma experiência de um ano na cidade de Camucim, de São Félix, em Pernambuco.

Em 1995, no dia 14 de janeiro, foi ordenado Sacerdote em sua cidade natal, Paraíso do Norte, pela mãos de Dom Alberto Först, Bispo de Dourados, Mato Grosso. O primeiro ano de sacerdócio trabalhou na Paróquia Imaculada Conceição na Vila Fany. Transferido para a Paróquia São Sebastião em Paranavaí, onde ficou três anos, exerceu a função de prior, Diretor e professor do Colégio Nossa Senhora do Carmo, nesta cidade.

No ano de 2000, no dia 2 de janeiro, após um processo com a Arquidiocese de Curitiba e Dom Pedro Fedalto, assumiu num período *ad experimentum* como pároco na Paróquia São José Operário na Vila Maria Antonieta em Pinhais.

Lá desenvolveu um trabalho de revitalização da Paróquia, renovação das estruturas tanto na matriz quanto nas comunidades; a princípio quatorze, incluindo algumas de Piraquara. Um ano depois começou o trabalho nos meios de comunicação.

Desde o dia 24 de setembro de 2003, foi nomeado por D. Pedro Fedalto para assumir o cargo de Vigário Episcopal da Arquidiocese de Curitiba.

Atualmente, Padre Reginaldo Manzotti é responsável por 55 paróquias da Arquidiocese de Curitiba, com as funções de: celebrar crismas, coordenar e presidir reuniões de paróquias, encaminhar e solucionar os conflitos administrativos e pastorais referentes a esta área da Arquidiocese.

Há dois anos e meio, a convite, celebra uma missa dominical na Paraná Educativa às 8h. Essa missa é exibida para o Paraná, para todo o Brasil e uma parte da

América Latina, considerada hoje uma das celebrações de maior audiência em Curitiba e Região Metropolitana.

Na proposta de responder ao apelo do Papa João Paulo II, que exortou para uma evangelização com “novo ardor e novos métodos”, Padre Reginaldo idealizou o Projeto Evangelizar é Preciso.

Em vista disso gravou um CD composto de doze músicas chamado “Deus é Presença Real”, com excelente aceitação popular.

O Projeto Evangelizar é Preciso começou de uma forma simples e ao mesmo tempo discreta que hoje toma proporções significativas, empreende várias celebrações de grande adesão popular.

A primeira grande missa foi a Missa das Mães, em maio de 2004, com a presença de sete mil pessoas.

Em agosto do mesmo ano, foi celebrada a Missa das Famílias, com quinze mil pessoas. Em Finados, contou com a presença de 25 mil e a Missa de Natal (em frente ao Palácio Iguaçu), num total de 35 mil participantes.

Neste ano de 2005, foi celebrada a Missa das Mães e posteriormente a solenidade de *Corpus Christi*, com a participação de cerca de cem mil pessoas.

Iniciou em junho de 2004 um programa diário da Rádio Clube AM, tendo hoje uma considerável audiência. Conta hoje com um programa diário de uma hora e mais quatro programas em outras emissoras AM e FM, incluindo outras televisões.

Atualmente, desde o dia 5 de fevereiro de 2005, Padre Reginaldo Manzotti está como Pároco na Paróquia Imaculada Conceição.

Sua vida dedicada à evangelização e à divulgação das palavras de Cristo, tornaram-no grande líder espiritual e o extenso *curriculum* do homenageado endossa a razão de Sessão Solene de entrega do título.

REQUERIMENTO Nº 922

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido no dia 24 de abril de 2006, do Sr. Rubens Maciel.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência aos familiares enlutados: Elenir de Souza Maciel (esposa), e filhos Juliano Maciel, Débora Maciel, Oscar Maciel e Eduarda Maciel.

Sala das Sessões, em 25.04.06.

(a) ADEMAR TRAIANO

REQUERIMENTO Nº 920

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada Deputada com assento nesta Casa, REQUER à Mesa seja oficiado ao jornalista Francisco da Cunha Pereira, bem como ao Diretor da Gazeta do Povo, Fran-

cisco da Cunha Pereira Filho, externando votos de congratulações às duas organizações que publicaram, na segunda-feira, dia 24 de abril, o suplemento Retrato Maringá 2006.

A pesquisa promovida pela RPC/TV Cultura mostra as características sociais, econômicas e de comportamento dos moradores da região metropolitana.

Maringá é realmente uma cidade maravilhosa e hoje é responsável por 70% de toda a produção de jeans do Brasil. A participação da comunidade é essencial para esse desenvolvimento e o Codem - Conselho de Desenvolvimento de Maringá, que é formado por mais de trezentos líderes e cem entidades, exerce relevante papel na formulação de políticas para agregar valor aos produtos maringaenses.

O único equívoco encontrado nas matérias está na afirmação que a Região Metropolitana não saiu do papel por falta de regulamentação, pois a signatária, Deputada Cida Borghetti, apresentou projeto de lei complementar, que foi convertido em lei complementar, regulamentando o funcionamento da Região Metropolitana.

Cabe salientar, ainda, que desde 2003, a signatária, Deputada Cida Borghetti vem incluindo emendas orçamentárias a fim de conseguir verbas para o funcionamento das regiões metropolitanas do interior. Contudo, até agora o Governo do Estado não priorizou essa liberação de recursos.

O que falta para o funcionamento da Região Metropolitana de Maringá é a liberação de recursos do Governo do Estado, da mesma forma que investe recursos na Região Metropolitana de Curitiba.

Destaca-se que o material é de excelente qualidade e realmente retrata a vida de Maringá e região.

Sala das Sessões, em 25.04.06.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 924

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, o envio de mensagem de congratulações pelo transcurso do Dia do Contabilista.

Sala das Sessões, em 25.04.06.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A função do contabilista é, sem dúvida, uma das mais exigidas pelos segmentos industrial e comercial, no mundo inteiro.

Para o seu perfeito exercício, exige-se inteligência, competência, seriedade e dedicação, além de constante atualização de conhecimentos.

Foi feliz e oportuno o legislador proponente de data especial para celebrar tão importante profissão.

Que, da decisão da douta Mesa, encaminhem-se ao Conselho Regional de Contabilidade do Paraná, ao Sindicato de Contabilistas de Curitiba e ao Sindicato de Contabilistas do Estado.

REQUERIMENTO Nº 936

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual que subscreve o presente requerimento, valendo-se de suas prerrogativas regimentais, vem REQUERER ao Plenário desta Casa Legislativa, que se digne a aprovar a consagração nos Anais da Sessão Plenária do dia de hoje, de votos de congratulações à valorosa classe dos contabilistas do nosso Estado, pela passagem do Dia do Contabilista, neste 25 de abril.

Caso aprovada a presente proposição, o Deputado proponente requer seja dado ciência da mesma, via correspondência a ser encaminhada às representações da classe homenageada, adiante nominadas, com votos de contínuo sucesso em suas atividades profissionais: Antonio Carlos Doro, Presidente da Federação dos Contabilistas do Estado do Paraná; Paulo César Mucelin, Presidente dos Contabilistas de Cascavel; Narciso Doro Júnior, Presidente do Sindicato dos Contabilistas de Curitiba; Ney Patrício da Costa, Presidente do Sindicato dos Contadores e Técnicos Contábeis de Foz do Iguaçu; Jefferson Paulo Martins, Presidente do Contadores e Técnicos Contábeis de Toledo; Dirceu da Silva Leite, Presidente da Associação dos Contabilistas de Assis Chateaubriand; José João Ferri, Presidente da Associação de Contabilistas de Guaíra e Terra Rosa; Ademir Oscar Dreher, Presidente da Associação dos Contabilistas de Marechal Cândido Rondon; Claudiomiro Vicentin, Presidente da Associação Intermunicipal dos Contadores de Medianeira; Paulo Falcioni, Presidente da Associação dos Contabilistas de Palotina.

Sala das Sessões, em 25.04.06.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 935

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado em Ata, voto de louvor, congratulações e muito aplauso ao empresário Roberto Todeschini que, no último sábado, 22 de abril de 2006, anunciou a retomada da produção da indústria de massas da família, uma das mais antigas empresas do Paraná.

Volta triunfante!

A Todeschini supera barreiras e retorna ao mercado com dezoito marcas de biscoitos e 23 de massas.

Efusivos cumprimentos deste Deputado, dos demais Pares desta Casa de Leis, bem como da comunidade paranaense, consignando o reconhecimento de todos.

Sala das Sessões, em 25.04.06.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 916

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Sérgio Pizolato.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 25.04.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 917

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos Trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Ismael Alves dos Santos.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 25.04.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 913

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente à Secretária de Estado da Administração e da Previdência, Exma. Sra. Maria Marta Renner Weber Lunardon, solicitando a reconsideração do exame de capacidade física, pleiteada pelo Sr. Emerson Rogério Gouveia, que realizou concurso público para preenchimento de vagas para Soldado da Polícia Militar do Paraná (QPM 1-0).

Sala das Sessões, em 25.04.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 914

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Governador do Estado do Paraná, Exmo. Sr. Roberto Requião, solicitando que seja realizado Curso de Formação de Soldados para o aumento do efetivo no 15º Batalhão da Polícia Militar, aprovado por unanimidade pela Câmara Municipal de Rolândia.

Sala das Sessões, em 25.04.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 925

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, Dr. Luiz Fernando Delazari, com cópias para o Sr. Governador do Estado, Roberto Requião; ao Sr. Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania, Desembargador Jair Ramos Braga e ao Secretário Chefe da Casa Civil, Rafael Iatauro, solicitando providências urgentes quanto às péssimas condições de funcionamento e a superlotação da cadeia pública do município de Sarandi, pelas seguintes razões:

a) a maioria da população de Sarandi, está preocupada com a situação de segurança da cadeia pública, em razão da superlotação de presos, estando à beira de uma rebelião, o que levou essa parte da população a recorrer ao Ministério Público, solicitando o ajuizamento de uma Ação Civil Pública na Comarca de Sarandi, solicitando uma liminar para impedir que novos presos sejam encarcerados naquela unidade prisional e que os presos que ali se encontram sejam imediatamente transferidos para as unidades prisionais da região, determinando-se a imediata interdição do local;

b) a cadeia pública de Sarandi encontra-se em estado, degradante, visto que as pessoas ali reclusas coabitam em condições subumanas, uma vez que há falta de ventilação, precariedade de instalações elétricas e hidráulicas, além de falta de espaço para acomodação dos mais de 130/140 detentos que ali estão;

c) esta noite (24 para 25/04/06) um menor foi assassinado naquela cadeia pública, o que complica ainda mais a situação pois comprova que há menores detidos junto com marginais adultos;

d) anexo a este requerimento, encontra-se cópia do documento elaborado pela sociedade de Sarandi e enviada ao Ministério Público da Comarca, pedindo a abertura de Ação Civil Pública para interdição daquela cadeia.

Sala das Sessões, em 25.04.06.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 915

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania, Exmo. Sr. Desembargador Jair Ramos Braga, solicitando informações em relação ao destino dos funcionários terceirizados da Casa de Custódia de Londrina, após confirmação desta Secretaria de que os aprovados no concurso para atuar como agentes penitenciários na Casa de Custódia de Maringá, assumirão as 88 vagas em Londrina.

Vale ressaltar que esses funcionários terceirizados de Londrina estão aguardando a classificação do concurso público simplificado e deveriam assumir essas mesmas 88 vagas como agentes penitenciários.

Sala das Sessões, em 25.04.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 926

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, pedido de informações ao Secretário Chefe da Casa Civil, Dr. Rafael Iatauro, com relação ao evento ocorrido no último dia 20 de abril, no Teatro Guaíra, com a presença do Presidente venezuelano Hugo Chávez, conforme segue:

01) sob qual propósito e a qual título foi realizado o referido evento? Houve patrocínio do Governo do Estado, ou outro?

02) foi cobrado aluguel para o uso das dependências do Teatro Guaíra ou o mesmo foi cedido gratuitamente para a realização de tal evento? em caso positivo, qual o valor do aluguel?

03) qual o valor cobrado pelo Teatro Guaíra para ceder suas instalações para realização de eventos?

04) foi decretado ponto facultativo nas repartições públicas estaduais, de modo a liberar os servidores públicos no evento do dia 20 deste mês?

Sala das Sessões, em 25.04.06.

(aa) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI, BARBOSA NETO, ADEMAR TRAIANO, VALDIR ROSSONI e LUIZ CARLOS MARTINS.

REQUERIMENTO Nº 927

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, pedido de informações à Secretaria Estadual da Administração e Previdência do Estado, Dra. Maria Marta Lunardon, a prestação de informações a este Poder Legislativo, quanto aos vencimentos e/ou subsídios atribuídos aos cargos que arrola e o montante percebido pelos respectivos titulares, consideradas todas as vantagens percebidas, quer dos cofres públicos ou outras fontes:

- Governador do Estado;
- Secretário de Estado;
- Direção de Autarquias, especificamente a APPA;
- Assessoria Especial, vinculada diretamente ao Gabinete do Governador, especificamente o MON, e respectivas assessorias internas;
- Presidência do Provopar;
- Assessoria junto à Sanepar, e
- Assessoria junto à RTVE.

Sala das Sessões, em 25.04.06.

(aa) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI, BARBOSA NETO, ADEMAR TRAIANO, VALDIR ROSSONI e LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 928

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ao Comandante da Polícia Militar

do Paraná, Cel. Nemésio Xavier França Filho, expediente no sentido de que seja criado na cidade de Quatro Barras, na região metropolitana de Curitiba, um efetivo permanente da Polícia Militar, a fim de garantir a segurança daquela comunidade.

Sala das Sessões, em 25.04.06.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

JUSTIFICATIVA:

A comunidade de Quatro Barras, uma cidade tranquila da Região Metropolitana de Curitiba, viveu nos últimos dias momentos de extrema insegurança, com o seqüestro, estupro e morte de uma menor, sem que até o momento nada de concreto tenha sido feito para localizar e prender o autor dos crimes.

Considerando que a cidade não possui um efetivo policial, que nenhum policial militar é efetivado para dar a segurança preventiva àquela comunidade, vimos solicitar do Coronel Nemésio Xavier França Filho que seja designada a criação desta corporação para garantir a referida segurança.

REQUERIMENTO Nº 931

Senhor Presidente:

O Deputado Ângelo Vanhoni que subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que seja incluído nos Anais desta Casa o artigo “Nada mais que a verdade” publicado nos jornais O Estado, (em 04 de abril de 2006) e Hora H, (em 04 de abril de 2006), pela relevância dos temas que trata.

Sala das Sessões, em 25.04.06.

(a) ÂNGELO VANHONI

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 207/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao município de Tibagi, o imóvel situado na sede do município, de propriedade do Estado do Paraná, com inscrição cadastral municipal nº 01, 1.002.0320.001, com vinte metros de frente para a Praça Edmundo Mercer, com área total de 1.100m² (um mil e cem metros quadrados), localizado na Quadra nº 002, Distrito nº 01, da Zona nº 02, sob nº 0320.

Art. 2º A área em questão deverá ser utilizada, exclusivamente, pelo Museu Histórico Municipal Desembargador Edmundo Mercer Júnior, retornando ao patrimônio estadual, caso se comprove desvirtuamento em sua utilização, ficando o imóvel gravado com cláusula de inalienabilidade e de impenhorabilidade.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 25.04.06.

(a) ALEXANDRE CURI

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o projeto de lei com o objetivo de autorizar o Poder Executivo doar ao município de Tibagi imóvel, de propriedade do Estado, para continuar a ser utilizado pelo Museu Histórico Municipal Desembargador Edmundo Mercer Júnior.

O presente imóvel já foi cedido ao município de Tibagi, através de regime de comodato celebrado entre o Estado e a municipalidade. Existe um grande interesse da administração municipal e da comunidade para que a edificação integre o patrimônio municipal, tendo em vista sua importância histórica e o fato de já estar integrado à arquitetura urbana da cidade.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para aprovação do plano de lei em tela.

PROJETO DE LEI Nº 208/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a incluir na malha rodoviária estadual a estrada que liga a sede urbana de Bom Sucesso do Sul à PR-566.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 25.04.06.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa passar à malha rodoviária estadual o trecho de estrada que liga a sede urbana do Município de Bom Sucesso do Sul à PR-566, no trecho entre Itapejara D'Oeste e Francisco Beltrão.

A estrada mencionada nada mais é que uma continuação da PR-918, a qual termina justamente na sede do Município de Bom Sucesso do Sul. Totaliza 18,10 quilômetros, dos quais 10,3 quilômetros são de pavimentação poliédrica (pedra irregular), restando 7,8 quilômetros de chão batido. Frise-se que na divisa entre Bom Sucesso do Sul com Francisco Beltrão há uma ponte com 63 metros de extensão que transpõe o Rio Santana, conforme croqui em anexo.

A transferência da estrada para a égide do Estado implicará melhora em suas condições de tráfego, facilitando o transporte coletivo entre as comunidades pelas quais passa. A linha Pato Branco - Francisco Beltrão poderá ser feita através de Bom Sucesso do Sul com a redução de quinze quilômetros da distância que separa os dois pólos regionais. Isso porque o deslocamento entre as duas cidades quando feito por Itapejara d'Oeste tem a

distância de 63 quilômetros. Quando realizado por Marmeleiro, Renascença e Vitorino, a distância é de 62 quilômetros. Todavia, quando realizado por Bom Sucesso do Sul, a distância é de 48 quilômetros.

Trata-se de região essencialmente agrícola, extremamente dependente da estrada mencionada, a qual facilita em muito o escoamento da produção. É sabido que, em razão da mecanização das propriedades, diversas pessoas perderam seus empregos, sendo que a atração de novos investimentos para a região certamente implicará geração de novos empregos, reduzindo o problema apontado.

A estrada em questão é de suma importância para a região Sudoeste do Estado e, principalmente, ao município de Bom Sucesso do Sul, eis que passa por 06 (seis) comunidades, a saber: Santo Expedito, Sagrada Família, Mundo Novo, Rancho Alegre, Gruta Nossa Senhora de Lourdes, São Roque e o Distrito de Jacaré. Ademais facilita o acesso ao principal ponto turístico do município de Bom Sucesso do Sul, a Gruta Nossa Senhora de Lourdes.

Ressalte-se que há no Município diversos estudantes que, por frequentarem terceiro grau ou ensino técnico disponibilizados pelo município de Francisco Beltrão, dependem de locomoção até este. Facilitando-se a locomoção, possibilitar-se-á a um maior número de cidadãos o acesso à qualificação, os quais poderão manter-se no município e auxiliar no seu desenvolvimento, contrariando a atual situação que afasta seus cidadãos para os grandes centros, não mais retornando à região.

Enfim, a estadualização da estrada auxiliará o desenvolvimento econômico-social regional, além da geração de empregos - tendo em vista a melhor divulgação dos produtos da região - incrementando a renda dos cidadãos locais.

Sendo assim, invoca o apoio dos nobres Parlamentares para que o presente projeto de lei seja aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 209/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Os imóveis administrados ou executados pela Companhia de Habitação do Paraná - Cohapar, destinados a projetos habitacionais, deverão ser distribuídos entre os previamente inscritos e os selecionados por esta entidade, através de sorteio, o qual será, obrigatoriamente, realizado em local público de fácil acesso, no município sede do empreendimento.

Art. 2º A data, local e horário do sorteio serão publicados no Diário Oficial do Estado, ou em jornal local de grande circulação, inobstante a difusão nos meios de imprensa falada.

Art. 3º Esta lei será regulamentada no prazo de 90 (noventa) dias a partir da data de sua publicação.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 25.04.06.

(a) DURVAL AMARAL

JUSTIFICATIVA:

A Companhia de Habitação do Paraná - Cohapar, é uma empresa de economia mista que atua na execução dos programas habitacionais do Governo do Estado para tentar resolver o déficit habitacional do Estado, priorizando o atendimento à população de baixa renda.

Atualmente a Cohapar funciona como um programa que deveria atender às necessidades mais urgentes das famílias carentes, priorizando seu atendimento àqueles pessoas que se encontram em situação de maior risco.

No entanto, o atual sistema de seleção dos beneficiários do programa habitacional do governo, não possui um critério cristalino de escolha, deixando transparecer dúvidas e obscuridades que desmoralizam o poder público.

Buscando um meio para oxigenar essa questão, o presente projeto de lei, zelaria pela imparcialidade e transparência, princípios básicos da Administração Pública, vetando-se assim, indicações políticas ou apadrinhamentos que privilegiam algumas famílias em detrimento de outras menos favorecidas.

Através de realização de sorteios públicos e com a participação de todos os realmente interessados, impede-se que haja a usurpação dos princípios imperativos da impessoalidade - uma vez que não fará distinções entre os participantes do sorteio nem possibilitará fraude ou beneficiamento de uma minoria, - da moralidade - ética na conduta do administrador público, - publicidade/transparência - pois o resultado será isento de qualquer mácula, sendo imediatamente divulgado no mesmo ato do sorteio, - da eficiência - porque através do sorteio é possível atender um maior número de famílias, e principalmente o princípio da segurança jurídica, que trará ao sistema habitacional maior credibilidade frente aos participantes do programa habitacional e também de toda a população paranaense.

Assim, regulamentando de forma isenta o acesso às moradias pelas famílias cadastradas no sistema, resultará em um considerável resguardo aos princípios da administração pública, transformando o programa habitacional no Estado do Paraná, em uma forma justa, transparente e eficaz de atendimento à população de baixa renda deste Estado.

Ante o exposto, proponho a esta Casa e a meus Pares o presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 210/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O Deputado Tadeu Veneri indica ao Departamento Estadual de Trânsito do Paraná, a realização de

parcerias com os municípios para ceder veículos apreendidos pelos órgãos fiscalizadores, a serem utilizados pelos conselheiros tutelares dos municípios, no exercício de suas atividades.

O Detran do Paraná poderá firmar, ainda, parceria com o Governo Federal para ampliar o alcance de tal medida.

Sala das Sessões, em 25.04.06.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

O objetivo é oportunizar aos municípios que tenham melhor estrutura a ser utilizada pelos conselhos tutelares na proteção dos direitos das crianças e adolescentes.

É inegável que a adoção de tal medida deve respeitar o direito constitucional de propriedade daqueles que tiveram seus veículos apreendidos.

É possível ainda a realização de parcerias com órgãos do Governo Federal e outros órgãos do Governo Estadual.

PROJETO DE LEI Nº 211/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído o Programa de Fomento à Indústria Audiovisual no Paraná, destinado a promover o desenvolvimento da Indústria Audiovisual no Estado, garantindo a sua expansão, sustentabilidade e acessibilidade através do fortalecimento da cadeia produtiva e do modo de produção desta atividade econômica e da ampliação do consumo de seus produtos pela população do Paraná.

Parágrafo único. Por produção paranaense de audiovisual compreende-se as obras de audiovisual - telefilmes, filmes de longa-metragem, filmes de curta-metragem e séries ficcionais para TV, em ação livre ou animação - produzidas por empresas sediadas no Paraná a pelo menos três anos.

Art. 2º São pressupostos do Programa de Fomento à Indústria Audiovisual no Paraná:

I - alavancar o desenvolvimento sócio-econômico da população do Paraná, pela ampliação do ramo de atividade de produção audiovisual, com geração de novos empregos, riqueza e renda;

II - garantir o pleno exercício dos direitos culturais, o acesso às fontes de cultura e aos bens culturais locais e regionais pela população do Estado;

III - promover a cultura paranaense e brasileira, mediante o estímulo à produção e ao consumo audiovisual cultural e artístico, independente e regional;

IV - valorizar as manifestações audiovisuais de todos os grupos étnicos formadores do povo paranaense e das diversas as regiões do Estado;

V - proteger o patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico, mediante o estímulo ao registro audiovisual e à divulgação do mesmo;

VI - fortalecer o do mercado interno e estimular a exportação dos bens audiovisuais produzidos no Paraná.

Art. 3º Este programa será estruturado através do fomento direto às três etapas produtivas, quais sejam: formação, produção e distribuição audiovisual, para garantir a expansão, sustentabilidade e acessibilidade da indústria do audiovisual paranaense e terá seguintes objetivos fundamentais:

I - fomentar a produção audiovisual independente nas diferentes categorias: telefilmes; filmes de longa-metragem, filmes de curta-metragem e séries ficcionais para TV, em ação livre ou animação;

II - fomentar a distribuição da produção paranaense de audiovisuais, compreendida como a promoção, a comercialização e a disponibilização do produto audiovisual no meio exibidor, através de:

a) financiamento de campanhas e materiais promocionais de obras de audiovisual paranaense;

b) reprodução de cópias para projeção de obras audiovisual paranaense;

c) impressão de DVD's, e outras formas de distribuição, para o consumo doméstico e comércio varejista de obras de audiovisual paranaense;

d) patrocínio e apoio a festivais e feiras de negócios da indústria do audiovisual no Paraná;

e) apoio à participação das empresas paranaenses em festivais e feiras de negócios em outras regiões do país e do mundo;

f) estímulo ao desenvolvimento de tecnologias de distribuição e exibição, seja nas formas de projeção, transmissão de sinal voa satélite ou cabo, internet, ou outras que venham a ser criadas;

g) ampliação do número das salas de publicas de projeção e modernização, quando necessário das mesmas.

III - Programa de acessibilidade compreendido como a disponibilizando da produção paranaense de audiovisual à população do Estado, através de:

a) garantia de espaço para a divulgação nas obras de produção audiovisual paranaense na TV Paraná Educativa e outras que venham a ser constituídas;

b) estímulo, por meio de incentivos ou convênios, a abertura de espaço, nas emissoras privadas de televisão aberta ou pagas, no Estado do Paraná, para a veiculação das obras da indústria audiovisual paranaense;

c) desenvolvimento de eventos para a formação de platéia, por iniciativas de órgãos do Governo do Estado ou, então, em apoio a outras atividades com este fim;

d) incentivo à ampliação do número de salas de cinema no Paraná públicas e privadas que se disponham a garantir a presença da produção paranaense em sua grade de apresentação;

e) promoção de formas diversificadas de acesso ao audiovisual pela população, em particular a de baixa renda, como salas de projeção colante e a projeção em espaços comunitários;

f) apoio à divulgação da promoção paranaense de audiovisual em espaços da Rede Estadual de Educação e nas universidades e faculdades estaduais do Paraná.

IV - Programa de sustentabilidade, compreendido como a disponibilizando meios para garantir infra-estrutura e condições gerais para implementação da Política de Fomento à Indústria Audiovisual no Paraná, cabendo ao Governo do Estado consistindo em:

a) estímulo a diferentes formas de qualificação profissional para as diferentes áreas da indústria audiovisual, através da implantação e mistérios de cursos, palestras, seminários, oficinas, e outros que possibilitem o acesso a publicações, pesquisas e orientação e academia dentro da área de audiovisual;

b) promoção de pesquisas e a produção de conhecimento no campo do audiovisual pelas instituições públicas de pesquisa e educação superior;

c) apoio às iniciativas de desenvolvimento tecnológico aplicado à indústria do audiovisual;

d) promoção da catalogação e a preservação da memória da produção paranaense de audiovisual;

§ 1º As formas de apoio, estímulo, promoção etc, estabelecidos neste artigo, que sejam materializado na forma de financiamento público, deverão ser implementados através de editais públicos com critérios objetivos e transparentes.

Art. 4º O fomento à produção deverá garantir, no mínimo, 9 (nove) obras audiovisuais por ano, sendo 3 (três) longa-metragens, 5 (cinco) filmes de curta-metragem, 1 (uma) mini-série para TV e 5 (cinco) telefilmes, viabilizados através de concurso de projetos de produção.

Art. 5º Os recursos anuais da Política de Fomento à Indústria Audiovisual no Paraná terão a seguinte destinação:

a) 80% (oitenta por cento) será investido na produção de obras audiovisuais, definidas no artigo anterior;

d) 20% (vinte por cento) será investido na distribuição de obras audiovisuais.

Art. 6º Fica criado o Conselho Estadual de Audiovisual, com a finalidade de planejar, avaliar e fiscalizar a execução da Política de Fomento à Indústria Audiovisual no Paraná.

Parágrafo único. O Conselho Estadual de Audiovisual será composto por sete membros, representantes das seguintes Instituições e entidades:

a) um representante da Secretaria de Estado da Indústria e Comércio;

b) um representante da Secretaria de Estado da Cultura;

c) um representante do Poder Legislativo Estadual;

d) um representante do Sindicato da Indústria Audiovisual do Paraná - Siapar;

e) um representante da Associação de Vídeo e Cinema do Paraná - AVEC;

f) um representante da Federação das Indústrias do Estado do Paraná - Fiep.

Art. 7º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 25.04.06.

(a) ÂNGELO VANHONI

JUSTIFICATIVA:

O Paraná tem o potencial para instalar uma grande indústria audiovisual, para isto é preciso fomentar, no Estado, este importante setor da economia mundial. E este é o objeto desta lei.

Atualmente disputamos a segunda colocação nacional em termos de produção audiovisual publicitária e já somos, também, pólo de produção de games. Os nossos filmes de curtas-metragens ganharam prêmios nos festivais brasileiros e estrangeiros e já sediamos diversos cursos de graduação e pós-graduação na área. Temos, ainda, a matriz de uma rede televisiva nacional e uma TV pública com grande espectro de distribuição. No entanto, ainda não produzimos suficiente conteúdo em termos de telefilmes, séries e filmes de longa-metragem, para as janelas de cinema, TV, DVD, etc.

A instalação de um modelo de produção e distribuição audiovisual inovador vai significar a geração de emprego, renda, know how e divisas para reinvestimento no setor possibilitando a constituição da auto-sustentabilidade, em poucos anos e um grande crescimento a longo prazo.

Segundo dados do Ministério da Cultura, o Brasil importa aproximadamente um bilhão de dólares anuais em produtos audiovisuais tais como filmes, novelas, desenhos animados, programas de TV, etc.

A produção nacional, além de promover a substituição dessas importações, resultará também o fortalecimento de uma indústria limpa, geradora de informação e empregadora de mão-de-obra em vários níveis de qualificação condições estas para competição e cooperação no mercado de bens intangíveis. Também estaremos fortalecendo a nossa cultura, promovendo a identidade de nossa população e promovendo novos sonhos.

PROJETO DE LEI Nº 212/06

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica determinado às escolas da rede pública do Estado do Paraná que encaminhem, mensalmente, aos Núcleos de Educação e à Secretaria de Estado da Educação, os nomes dos pais de crianças, com endereço, número da carteira de identidade e CPF, que, sem ates-

tado médico ou justificativa plausível, falem a mais de quatro dias por mês.

Art. 2º A Secretaria de Estado da Educação e os Núcleos de Educação encaminharão ao Ministério Público e ao Conselho Tutelar os nomes dos pais ou responsáveis pelas crianças e jovens para abertura de investigação e eventual responsabilização civil e criminal das pessoas que negligenciarem a educação dos menores de idade.

Art. 3º O Diretor da escola que deixar de prestar as informações de que trata esta lei ao Núcleo de Educação será notificado pela Secretaria de Estado da Educação e na reincidência terá o respectivo nome encaminhado ao Ministério Público do Estado, para a competente responsabilização.

Art. 4º Esta lei será regulamentada pelo Poder Executivo

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 25.04.06.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

O Brasil e o Paraná têm de mudar radicalmente a atenção à educação, eliminando, de uma vez por todas, a evasão escolar.

Com tristeza, no nosso dia-a-dia, encontramos crianças nas ruas dos nossos municípios e não conseguimos compreender como isso pode acontecer nos períodos escolares, quando esses menores deveriam estar engajados nos projetos escolares. Garantir cultura firme às novas gerações é fundamental para garantir o exercício da cidadania. Não podemos, jamais, limitar o crescimento cultural de nossas crianças e jovens.

A atuação do Estado, através de suas instituições, deve ser intensa no sentido de evitar que uma só criança ou jovem deixe de frequentar os bancos escolares, constituindo opções diferentes de vida, com aprimoramento dos conhecimentos indispensáveis na vida moderna.

Com satisfação hoje se vê o restabelecimento nos currículos escolares das disciplinas de Filosofia e Sociologia, buscando a formação integral dos alunos, ensinando a perquirir a verdade da vida. Rui Barbosa já ensinava: “Deus deixou três amores ao homem: o amor à pátria, o amor à liberdade e o amor à verdade.”

A Educação não é programa de governo, mas sim, política de Estado.

PROJETO DE LEI Nº 213/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Prefeitura Municipal de Janiópolis os imóveis constituí-

dos pelos lotes urbanos nº 01 da quadra nº 37, matrícula nº 7.514 e o lote nº 02 da quadra 37, matrícula nº 3.691, do livro 2-RG, do Registro de Imóveis, 1º Ofício da Comarca de Campo Mourão - PR, ambos com área de 450,00 metros quadrados, localizados no Loteamento Jardim Pinhalzinho, nesta cidade, pertencente ao Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas das disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.04.06.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição, tendo em vista os mais diversos motivos nela contidos, justifica-se plenamente, eis que os mencionados imóveis serão utilizados pelo município para futuras edificações que beneficiarão as áreas sociais, de saúde e educacionais, proporcionando aos munícipes, melhores condições de vida.

Salienta-se, outrossim, por essencial, que o município é carente, não tendo condições, portanto, de arcar com os custos de aquisição do referido imóvel.

Pelos motivos já expostos, é que se objetiva a doação dos mencionados imóveis ao município de Janiópolis, por ser medida de relevante valor social e, que contará, certamente, com a aprovação dos nobres Pares.

PROJETO DE LEI Nº 214/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Prefeitura Municipal de Paçandu o imóvel constituído pelo lote urbano nº 14 da quadra nº 17, matrícula nº 18.061 do livro 2, folhas 01 do Registro de Imóveis, 1º Ofício da Comarca de Maringá - PR, com área de 532 metros quadrados, localizado no centro da cidade de Paçandu, pertencente ao Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas das disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.04.06.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição, tendo em vista os mais diversos motivos nela contidos, justifica-se plenamente, eis que o mencionado imóvel será utilizado pelo município para futuras edificações que beneficiarão as áreas sociais e de saúde, proporcionando aos munícipes, melhores condições de vida.

Salienta-se, outrossim, por essencial, que o município é carente, não tendo condições, portanto, de arcar com os custos de aquisição do referido imóvel.

Pelos motivos já expostos, é que se objetiva a doação do mencionado imóvel ao município de Paçandu,

por ser medida de relevante valor social e, que contará, certamente, com a aprovação dos nobres pares.

PROJETO DE LEI Nº 215/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Os jornais de circulação no Estado do Paraná, que publicam colunas de classificados com anúncios de acompanhantes, saunas, massagistas e profissionais do sexo ficam obrigados a publicar, na mesma página desses anúncios, a seguinte advertência: “Exploração sexual de crianças e adolescentes é crime. Ligue 181 e entre em contato com a Segurança Pública do Paraná.”

Parágrafo único. A advertência de que trata o *caput* desta lei deve ser publicada com destaque, em letras versais em negrito, e deve ocupar espaço mínimo de dez centímetros por dez centímetros.

Art. 2º A Secretaria de Estado da Segurança Pública manterá terminal telefônico com código especial de serviço, com gratuidade de ligação para o usuário denunciar exploração sexual de crianças e adolescentes.

Art. 3º O Chefe do Poder Executivo regulamentará esta lei.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 25.04.06.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

O dia 18 de maio é o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

A matéria em questão já foi objeto de projeto de lei apresentado no Distrito Federal e foi convertido em lei, promovendo campanha ostensiva contra a exploração sexual de crianças e adolescentes.

No dia 18 de maio será realizado ato público de lançamento da campanha, às 13h30m, no hall da Taquigrafia da Câmara dos Deputados. Às 15 horas, representantes da Frente Parlamentar, do Comitê Nacional e dos movimentos sociais terão uma audiência com o Presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo, para pedir urgência na votação dos projetos de lei propostos pela CPMI da Exploração Sexual. Os projetos promovem significativas modificações no Código Penal, no Código de Processo Penal e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Três das cinco proposições já foram aprovadas pelo Senado e aguardam apreciação da Câmara. As outras duas começam a tramitar na Câmara e, depois de aprovadas ali, precisam ser analisadas pelo Senado.

Entre as principais mudanças sugeridas pela CPMI está a classificação do estupro e do atentado violento ao

pudor como o único tipo penal, cometido também contra as pessoas do sexo masculino, e não somente contra as mulheres, como está previsto hoje no Código Penal. No conjunto das sugestões está ainda a inclusão, no arcabouço legal do País, do crime de tráfico interno de pessoas para fins de exploração sexual e a instituição da ação penal pública para todos os delitos sexuais cometidos contra crianças e adolescentes. Hoje apenas é possível iniciar uma investigação quando existe uma queixa privada.

A Comissão também propôs a criação do crime de “Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável”. Atualmente, a tipificação desse conduta só existe no ECA, por meio do artigo 244A. A proposta, porém, vai além do que está previsto no Estatuto, deixando bem claro que a punição deve se estender a toda a rede que explora sexualmente crianças e adolescentes, inclusive ao cliente.

Segundo Neide Castanha, coordenadora do Comitê Nacional, o objetivo da campanha é envolver não apenas os Parlamentares federais nessa batalha, mas também os Deputados Estaduais, fazendo esforços para que cada Assembléia Legislativa aprove, até o dia 18 de maio de 2006, pelo menos um projeto que tenha como foco a defesa dos direitos da população infanto-juvenil.

Ela explica que a iniciativa é um desdobramento das ações desencadeadas no ano passado durante a mobilização em torno da Semana do 18 de maio, quando foi lançado o Pacto Nacional do Poder Legislativo pela Infância e Adolescente, pelo qual Deputados estaduais de todas as regiões do país se comprometeram a adotar uma série de medidas em prol das crianças e dos adolescentes. “Os representantes do Comitê Nacional nos Estados vão trabalhar intensamente junto aos Parlamentares para que eles, de fato, priorizem a pauta da infância e da adolescência durante o mês de maio”

Nesta perspectiva, o Estado do Paraná não pode se omitir na mobilização e a matéria apresentada tem por objetivo destacar a importância do combate à exploração sexual da criança e do adolescente.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Passaremos ao Pequeno Expediente.

Pela Ordem o Deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT) (**Pela Ordem**)

A Deputada Cida Borghetti leu alguma coisa sobre a Paraná Investimentos. Gostaria de saber o conteúdo e o que significa.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Constava na Sessão de ontem, Deputado. Mando uma cópia para V. Exa.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Porque é exatamente o requerimento feito pela Comissão de Fiscalização e gostaria de conhecer o teor.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Estará em suas mãos.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente com a palavra o Deputado Barbosa Neto.

Deputado Barbosa Neto (PDT)

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras.e Srs. Deputados:

Os jornais mostram que mais um colégio no Estado do Paraná fecha suas portas em função da violência. É realmente uma notícia extremamente preocupante, o que acontece em Almirante Tamandaré, e que já aconteceu em Londrina, no conjunto Parigot de Souza, no Colégio Adélia Dionísia Barbosa, onde alunos, funcionários e professores não têm segurança para continuar estudando.

Perguntamos: onde está a Patrulha Escolar?

Reconheço a Patrulha Escolar como um dos bons programas deste Governo, mas que na prática não consegue atender à demanda de violência, que é muito maior do que possamos conceber. Enquanto isso, o Governo alardeia que está liberando uma viatura a cada doze horas, que até o final do Governo serão mais de três mil carros para as polícias civil e militar do nosso Estado.

Fazemos uma análise de tudo isso e chegamos à constatação que não vale a pena ou que não tem eficácia. Divulga-se o número de contratação de novos policiais, mas não se divulga o número de quantos policiais estão se aposentando ou estão indo para outras atividades e fica-se com a falsa notícia de que aumentou o número. O número de viaturas até aumentou, sim, mas não adianta ter viaturas se não tem policial para utilizá-las, para poder fazer a segurança chegar à população.

Estamos bastante chateados porque somos cobrados pela população, diariamente, que fala: “o que esses Deputados fazem pela segurança?” Discutimos, debatemos, fazemos requerimentos, propomos até alterações à lei, mas o que falta, realmente, é a execução do trabalho, que é de competência do Estado, uma atribuição que a Constituição Federal determina.

Infelizmente, a incompetência do Estado, principalmente do Secretário da Segurança Pública é gritante, no que diz respeito ao combate à violência. Cito até como exemplo o que aconteceu em Londrina: uma única farmácia já foi assaltada doze vezes, num curto período de tempo. O pai do proprietário, Sr. Célio Magalhães, viveu vinte anos no Rio de Janeiro, voltou a Londrina e não

suporta mais a violência. Veja a comparação com a cidade que a mídia decanta em verso e prosa como a mais violenta do nosso país.

É um assunto a que temos que recorrer novamente, porque a maior preocupação da nossa população, hoje, é o alto índice de criminalidade. Aconteceu, agora, aqui no bairro Tarumã, três horas da tarde, mulheres em um salão de beleza foram rendidas por marginais encapuzados. Eu ficaria a tarde toda discorrendo sobre pessoas que foram vítimas da violência porque, infelizmente, o Governo faz “ouvido mouco” às nossas sugestões, aos nossos clamores.

A sociedade cobra, diariamente. Converse com as pessoas nas ruas. Veja o grau de satisfação da população em relação à segurança. Cada um de nós tem um exemplo dentro da nossa casa, ou os nossos familiares, nossos vizinhos, nossos colegas de trabalho, da violência que tomou conta do nosso Estado, como nunca vimos anteriormente.

Não aceito a desculpa da falta de distribuição de renda equânime, dos fenômenos sociológicos, nada disso. Estou falando no combate direto, eficaz, da falta de policial para pelo menos manter a ordem a fim de que os alunos possam ter aula. Vai virar uma epidemia daqui a pouco, de se fechar colégios por falta de segurança. Onde já se viu chegarmos a este ponto de constatação que somos frágeis, que o Governo é falho para resolver o problema que mais aflige o nosso povo? E é uma atribuição do Estado! O Governo não pode repartir essa culpa com ninguém porque o próprio Secretário da Segurança negou-se a receber ajuda federal quando lhe foi proposta.

Muito obrigado, Sr. Presidente Hermas Brandão.

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT) (**Pela Ordem**)

Gostaria de fazer o registro da presença na Assembleia Legislativa, que nos honra com a sua visita, o Prefeito de São João do Triunfo, Luís Lima; acompanhado da Secretária de Saúde, Elenise Micharki e também nos visita nesta tarde, o Prefeito da cidade de Morretes, Elder Teófilo dos Santos.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

As nossas boas-vindas aos ilustres visitantes.

Com a palavra, Deputado Marcos Isfer.

Deputado Marcos Isfer (PPS)

O SR. MARCOS ISFER

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados:

Trazemos o anúncio oficial a esta tribuna, que a Bancada do Partido Popular Socialista estará apresentando uma emenda ao projeto de salário mínimo regional, onde pedimos que, da mesma forma como fizemos na Câmara Federal, a Bancada do PPS, está propondo que haja uma recuperação do salário mínimo. Não em um ano, mas em doze anos. Que a cada ano, além da inflação, Deputado José Maria, seja acrescido um aumento real de

aproximadamente 7% para que possamos chegar aos valores que o Dieese hoje dispõe para o sustento de uma família, para as condições dignas de vida do trabalhador brasileiro.

Entendemos que essa questão, como disse já nesta tribuna, é uma questão muito séria para estarmos discutindo às vésperas das eleições, somente, como se estivéssemos a fazer uma proposta de aumento de última hora porque o pleito eleitoral se aproxima.

Há necessidade de se ter uma visão para as próximas gerações, Deputado Rossoni, para o futuro do Paraná. Há necessidade de se adequar tanto a classe produtora quanto ao trabalhador para um futuro melhor. E para isso, há necessidade de regras claras. Não podemos ter a cada momento, sobressaltos, sem sabermos se é uma lei que efetivamente será adotada em toda a sua complexidade.

Então, estamos propondo que, além disso que hoje o Governador manda a esta Casa de Leis, tenhamos, a partir desta lei, uma política para os próximos três governos que virão. Doze anos de Governo, doze anos de Executivo aonde teríamos uma efetiva recuperação, um trabalho casado também com governos que têm interesse no incentivo da classe produtiva, para que possamos chegar a estes números reais.

Se quisermos fazer política, economia de futuro, há necessidade de que as regras fiquem definidas desde já. Nós não podemos ficar ao sobressalto como estamos neste momento, de recebermos um projeto de lei, que fixa um teto salarial, daqui poderá vir outro Governador, fazer outro tipo de proposição a esta Casa. Enfim, vamos definir de uma vez por todas o que o Estado do Paraná pode e deve fazer - qual seria a sua lição de casa.

Observamos que nos últimos doze anos, de uma forma geral o salário mínimo tem, além da inflação, um aumento real em torno de 4,3, 5%. Queremos deixar definido este percentual e fazer com que esta regra seja para valer. Aí, seja quem for o próximo governante, irá iniciar os seus trabalhos sabendo exatamente aquilo que deverá trabalhar para atingir um nível de vida melhor para o trabalhador paranaense.

Essa é uma proposição que o Partido Popular Socialista está apresentando e gostaríamos de contar com o apoio de outros Partidos, de outros Deputados, que tenham também o desejo de serem signatários dessa proposição. Porque, como já dissemos nesta Casa há algum tempo, esta proposição que chega às vésperas das eleições, tem um faro bastante demagógico. Queremos estabelecer uma política para, pelo menos os próximos três governos, uma política salarial, de piso, para o trabalhador paranaense, que lhe dê dignidade, condições de trabalho e mais do que isso, de planejar a sua vida e que dê aos próximos governantes também um balizamento de como deverão agir, para gerar emprego e renda neste Estado.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)

Concedo a palavra ao Deputado Ademar Traiano.

Deputado Ademar Traiano (PSDB)

O SR. ADEMAR TRAIANO

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Dentro da linha de truculência do estilo do nosso Governador Roberto Requião, mais uma vez venho à tribuna para fazer novas considerações àquele que se considera todo-poderoso, o dono absoluto da verdade, o rei da moralidade neste Estado, o homem que, lamentavelmente, pelo que assistimos e presenciamos e pelos números que conhecemos, praticamente estabeleceu a autofalência do Estado do Paraná.

Agora, o Governador Roberto Requião, dentro do seu estilo, mais uma vez procura encontrar um culpado pela não aprovação da emenda constitucional, que bania definitivamente ou pretendia banir o nepotismo no Estado.

Na reunião de hoje, Deputado Valdir Rossoni, na “Escolinha do Professor Raimundo” o Governador Requião ataca mais uma vez o Deputado Tadeu Veneri, dizendo que a emenda dele era uma farsa e que a emenda ou o projeto verdadeiro, que visa acabar com o nepotismo no Paraná, é o projeto de sua autoria, projeto esse que, com certeza, não tem o objetivo de acabar com o nepotismo, mas, sim, dar a proteção total e integral, respaldado pela legislação aos seus irmãos, que compõem uma equipe de 26 “traz parente” no Estado do Paraná.

Por isso, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, o Governador, com a sua forma de ser, raivosa, esta índole rançosa, além de agredir os Srs. Deputados e querer comprometê-los, agride a imprensa, faz um ataque à Gazeta do Povo mais uma vez, jornal conceituado, digno do respeito dos paranaenses, que construiu sua imagem pela informação verdadeira, com certeza imparcial, tendo uma posição clara e definida com relação aos assuntos do Paraná e, acima de tudo, com uma posição de independência. Dizia o Governador Roberto Requião, hoje pela manhã, quando escolheu - além dos Deputados - escolheu como alvo a imprensa, mais especificamente o jornal Gazeta do Povo, contra o qual mantém uma constante campanha de ataques: “no dia seguinte à votação da emenda, a Gazeta do Povo, um jornal desmoralizado e mentiroso, deu a manchete: ‘emenda do Governo será vetada’. Não será vetada, porque a Constituição prevê que a mesma matéria não pode ser votada no mesmo ano”, disse o Governador.

Portanto, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, não posso ficar calado, como legítimo representante das vozes dos paranaenses e quero crer que a imprensa tem um papel preponderante e fundamental no contexto do desenvolvimento econômico, social e cultural deste Estado. A imprensa tem cumprido com a sua missão no sentido de dar aos paranaenses a informação exata e precisa, no momento e no tempo certos.

Portanto, quero manifestar - e com certeza falo em nome da Liderança do PSDB do nosso apreço - nosso respeito e a nossa admiração à Gazeta do Povo, por mais

esse ataque destemperado, irresponsável e inconseqüente do Governador dos paranaenses.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra o Deputado José Maria Ferreira; depois, Deputado José Domingos Scarpellini e Deputado Neivo Beraldin.

Deputado José Maria Ferreira (PMDB)

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Uso esta tribuna para prestar contas à Assembléia Legislativa da audiência pública que foi realizada em Ibiporã para tratar dos assuntos da nossa agricultura. Além deste que vos fala, estive a Deputada Elza Correia e pudemos colher depoimentos extremamente constrangedores, de produtores rurais que lá compareceram demonstrando a dificuldade, narrando as agruras pelas quais passam no campo e um dos maiores indicativos é o parcelamento do solo - sítios de dez, quinze, vinte alqueires estão pedindo para parcelar o solo para poder efetuar o pagamento das dívidas. Primeiro foi o carro, o trator, a colheitadeira, a semeadeira e hoje o agricultor está vendendo parte do patrimônio fixo produtivo da sua família. Se não houve nenhuma iniciativa contundente do Governo Federal, vamos ter essa questão muito mais agravada ainda. Não adianta enunciar dezesseis bilhões e setecentos milhões de reais se esses recursos são, em sua grande totalidade, para rolar a dívida já existente e não cria nenhum espaço novo de financiamento. Por três anos consecutivos algumas áreas vêm em frustração de safra. O agricultor que no ano de 2004 vendeu a saca de soja por R\$ 45,50, em média, hoje, três anos depois, vende por 23, 24, 25 reais. O agricultor que em 2004 vendeu a saca de milho por R\$ 17,60, hoje vende a R\$ 9,20. Para pagar uma diária de um volante dispense-se duas sacas de milho limpo, colhido e vendido, e não é porque a diária rural está cara, não, o que não tem é preço.

Temos dificuldades enormes na agricultura e se não houver nenhuma iniciativa que decorra de uma ação rápida do Governo Federal, com certeza, teremos grandes dificuldades na área agrícola refletindo sobre toda a sociedade, e especialmente nas grandes cidades.

Estamos encaminhando à Mesa, a Carta de Ibiporã, assim intitulada, Sr. Presidente, para que possa endereçar às autoridades, que foi designada quando daquela plenária. E também solicito à Mesa a constituição da Comissão para analisar os problemas da agricultura, porque com um requerimento nosso apresentado há dias - e estamos aguardando que a Mesa dê continuidade a esse processo e constitua essa Comissão para que, com mais propriedade, possamos sentar e a Casa ofereça uma contribuição efetiva, juntamente com essa Carta de Ibiporã, que já se soma à Carta de Assaí e a tantas outras, que é seguro pro-

dução, preço mínimo garantido e que o agricultor não precise ir à Justiça para fazer o Governo garantir o preço mínimo.

O que ocorre é que se não tivermos uma iniciativa, mesmo que seja no sentido de estimular movimentos e posturas do Governo Federal, tanto do Ministério da Agricultura, como do Conselho Nacional Monetário, como também do Banco Central do Brasil, da própria Casa, do próprio Governo do Estado do Paraná, que têm condições de desagrar um pouco a carga tributária, a Cide é um exemplo. Hoje o agricultor que está com o trator e a colheitadeira roçando os campos, meu caro Deputado José Scarpellini, também paga Cide, porque no óleo diesel que ele está consumindo está incluso o Cide. O Governo do Estado ainda tem o ICMS diferido, entretanto na Cide, não. É uma das questões que a Carta de Ibiporã coloca, assim como cabotagem, a melhoria das instalações do Porto de Paranaguá.

Sr. Presidente, agradeço pelo um minuto. E aqui fica o registro que estivemos na terça-feira, e aí a imprensa que faz a anotação, é bom fazer, na terça e na quarta estivemos em Ibiporã. E lá também estive, aliás, na quarta e na quinta, a Deputada Elza Correia participando, representando esta Presidência na audiência pública com os agricultores do município de Ibiporã.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Próximo orador inscrito, Deputado José Domingos Scarpellini.

Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Estivemos hoje no Comando da Polícia Rodoviária Estadual, encaminhando um relatório sobre aquela denúncia que fizemos ontem aqui e sobre aquele Expediente que a Assembléia votou e aprovou por unanimidade.

Conversamos com o Major e com o Coronel Mello, Comandante da Polícia Rodoviária Estadual que abriu a sindicância. E vejam os senhores, a informação que veio de Ponta Grossa é de que o carro Uno, que foi o motivo da denúncia feita aqui ontem, havia parado lá na rodovia para pegar algumas informações com os policiais e que diante disto, as informações foram dadas e que não tinha motivo nenhum para se multar. E aí então, disse ao Coronel que os policiais se negaram a me dar a placa do carro Uno, mas que eu fui no encalço dele ao longo da viagem e dali há quarenta quilômetros o alcancei. A condutora, então, contou-me o que realmente havia acontecido: que para ser liberada sem a multa teve que pagar cinquenta reais aos policiais e ela me deu autorização, inclusive, de levar uma denúncia à polícia, se prontificou a comparecer, independente de intimação, apenas avisando o dia para fazer uma acareação e contar o que real-

mente havia acontecido naquela parada que ela teve pelos dois soldados da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Mas, vejam o absurdo. Em cima da nossa denúncia a polícia já havia informado que o carro Uno realmente havia parado lá, mas porque a condutora estava relativamente perdida e não sabia em que sentido que era o Norte do Paraná e ela queria saber se continuaria naquela direção.

Agora, levamos a placa, o nome da condutora que é uma cirurgiã-dentista aqui da Região Metropolitana de Curitiba e então o procedimento já foi feito pelo Coronel, abrindo uma sindicância e o IPM e certamente a punição será dada para os policiais militares que não estavam servindo ao compromisso do seu ofício, que é o de atender e cuidar da segurança dos usuários das rodovias no Paraná.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não poderíamos deixar de cobrar hoje, uma vez que na semana passada o Secretário da Segurança emitiu uma nota me desmentindo sobre a questão de Quatro Barras, do seqüestro, do estupro e do assassinato de uma menor de idade.

Eu disse que estava faltando estrutura para se apurar a responsabilidade do crime e realmente até agora não tivemos nada conclusivo, nada objetivo que pudéssemos chegar ao criminoso que continua solto na cidade. A cidade está assustada com esta violência e pede socorro. E estamos encaminhando um requerimento à Mesa para ser votado na Sessão de hoje, pedindo ao Coronel Comandante Geral da Polícia Militar do Paraná que crie, lá em Quatro Barras, um pelotão.

Então, quero dizer que em Quatro Barras não tem nenhum policial militar lotado na sede na cidade. É uma cidade da região metropolitana, uma sede relativamente grande, com um parque industrial relativamente forte de indústrias não poluentes, mas não há policiais lá na cidade de Quatro Barras! Então, estamos pedindo ao comando da Polícia Militar para que determine que seja criado um efetivo policial para atuar na cidade, para poder cuidar da segurança, ajudar as famílias que lá vivem, porque Quatro Barras é uma cidade tranqüila, mas está na Região Metropolitana de Curitiba que hoje é relativamente violenta em função do descaso da polícia para os graves problemas que afligem a nossa cidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Com a palavra, Deputado Neivo Beraldin.

Deputado Neivo Beraldin (PDT)

O SR. NEIVO BERALDIN

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Antes que o Governador vá outra vez à televisão, TV Educativa, dizer: “Srs. Deputados, votem a favor do salário que eu propus: R\$ 437,00”, quero declarar, em alto e bom som, que sou a favor e votarei com ele nesse

projeto, mas não quero ser escrachado na televisão como alguém que está sentado em cima do projeto!

Então, desautorizo o Governador...

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Quero deixar bem claro a V. Exa. que ninguém está sentado em cima do projeto, não. Temos uma discussão em que foi estabelecido um calendário e o projeto será votado no dia 3.

Temos aqui a presença do Dr. Epitácio Antônio dos Santos, que é Presidente da Nova Central de Trabalhadores do Estado do Paraná, que vai colocar a sua posição. Temos o Gladir Antônio Passos que é Vice-Presidente Nacional da CGT que também colocará. Amanhã teremos a Associação Comercial. É o espaço mais democrático que existe.

Não aceito estas críticas, nem do Governador e nem de ninguém!

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Não, eu não quero, jamais quis isso. Entendi perfeitamente que V. EXa. estabeleceu um cronograma público, mas acontece que o Governador vai à televisão e diz que os Deputados estaduais não estão aprovando o salário mínimo que ele propôs, e estou dizendo que voto favorável à sua proposta. Aliás, se eu pudesse até aumentaria para R\$ 500,00, número redondo, porque assim nós terminaríamos esse assunto.

O Presidente Hermas Brandão foi muito explícito e colocou que vai votar no início de maio.

Muito bem, mas hoje pela manhã, - quero agradecer aos Deputados membros da Comissão de Fiscalização e Controle que estiveram presentes: Deputado Elton Welter, Deputado Artagão Júnior, Deputado Duílio Genari, Deputado Reni Pereira e também o Deputado Dobrandino o Presidente da Copel veio acompanhado de toda sua diretoria. Discutimos a questão da UEG, essa termelétrica de Araucária. Esse é um mistério que certamente ainda vai demandar alguns dias de reflexão para podermos entender o imbróglgio documental que foi feito sobre aquele assunto.

Eu gostaria de entender quanto é que essa empresa, El Paso, que detém 60% da UEG colocou, em dinheiro, que data, em que banco e em que conta? Queria saber quanto a Petrobras colocou, em dinheiro, que data, que banco e que conta? Assim como a Copel, para que possamos saber, entender por que as duas empresas públicas têm 20% cada uma e a El Paso tem 60%. Gostaria também de saber se tem um seguro essa empresa que não gerou nem um MW de energia e que simplesmente está agora aqui para que nós, Deputados, possamos aprovar uma mensagem do Governo, autorizando o mesmo a comprar esse imbróglgio da UEG pela mixaria de 190 milhões de dólares!

Hoje também ficou, mais uma vez reafirmando que quando em 1994 o patrimônio do Estado em relação à Copel era de 80%, hoje é de 31%. Venderam cento e onze

bilhões de ações. Portanto, perdemos quase 50% do patrimônio da Copel. Hoje, também ficou decidido na reunião, que na próxima terça-feira, às 9h00, está convocado um representante do Ministério Público, para que diga quais as ações que foram tomadas em relação ao escândalo da UEG. Então, queremos a presença de um membro do Ministério Público, a convocação do ex-Secretário da Fazenda e ex-Presidente da Copel, Ingo Hubert para que terça-feira, às 9h00 da manhã, no plenarinho da Assembléia Legislativa, também estejam presentes para explicar aquele contrato feito com essa El Paso e também por que não deu certo a compra das turbinas de gás.

Não vou me alongar porque a audiência de hoje pela manhã durou mais de duas horas e os Deputados fizeram inúmeras perguntas e essas perguntas deverão ser remetidas à Comissão de Fiscalização, num prazo de cinco dias.

Então, Sr. Presidente e Srs. Deputados, está cumprida a primeira reunião da Comissão de Fiscalização para esclarecer esta Casa o que significa essa questão da UEG, porque o Governo, eventualmente, terá que pagar, quem fez o contrato, como foi, tudo isso será esclarecido ao longo dessa audiências.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Epitácio Antônio dos Santos, Presidente da Nova Central de Trabalhadores do Estado do Paraná, que terá tempo de quinze minutos e será conciliado com o Vice-Presidente Nacional da Confederação Geral dos Trabalhadores.

O assunto debatido será a questão do salário mínimo regional.

O SR. PADRE PAULO CAMPOS (PT) (**Pela Ordem**)

Apenas para registrar a presença do Prefeito de Sarandi, Cido Spada, do Partido dos Trabalhadores. Prefeito reeleito, de muita competência. Muito bem-vindo.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Esta Casa registra e dá boas-vindas ao Prefeito Cida Spada.

Sr. Epitácio Antonio dos Santos: Presidente da Nova Central dos Trabalhadores

O SR. EPITÁCIO ANTÔNIO DOS SANTOS

(Lê):

“Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná - Hermas Brandão.

Senhoras e Senhores Deputadas e Deputados do Estado do Paraná.

Companheiros e Companheiras, da NCST/PR
Companheiros Gladir Basso, Representante da CGT/PR,

demaís sindicalistas e representantes de trabalhadores e representantes da Imprensa.

Sr. Presidente, permita-me uma saudação especial a alguns Deputados aqui presentes:

Deputado Augustinho Zucchi, contrerrâneo do Sudoeste de Pato Branco; Luciana Rafagnin, Francisco Beltrão - Projeto Bilhetagem Eletrônica (Catracas). Agradeço aos demais Deputados pela aprovação do projeto.

Mauro Moraes, Parlamentar que atuou com o movimento sindical para mobilizar em defesa do piso regional.”

Após o nosso trabalho, temos uma parceria de divulgação para aprovação desse salário. Vou fazer um pequeno histórico do salário mínimo regional, da parte da nova Central Sindical de Trabalhadores.

Na fundação da nova Central, em 2 de dezembro do ano passado, uma das bandeiras foi pedir ao Governo do Estado que encaminhasse projeto para um salário mínimo regional. No dia 21 de dezembro do ano passado, quando o Governador sancionou a Lei da Bilhetagem Eletrônica, aprovada por esta Casa, estive com o Governador e passei essa idéia de apresentar um piso regional para o Estado do Paraná. Ele achou a idéia interessante, pois já havia o Mauro Moraes apresentado em 2004 e também em setembro de 2005, através de correspondência solicitado a implantação do salário mínimo regional. No dia 12 de janeiro, a nossa diretoria elaborou o projeto e encaminhamos no dia 16 de janeiro, ao Governador.

Feito isso, soubemos com antecedência que ele iria encaminhar mensagem a esta Casa, no dia 15 de fevereiro e nessa oportunidade, a nova Central, junto com o Deputado Mauro Moraes, fizemos um debate aqui no plenarinho desta Casa, para divulgar o salário mínimo regional e para pedir o engajamento dos Deputados.

De lá para cá, o debate vem acontecendo. A sociedade tem pareceres e opiniões contrárias, mas a maioria é a favor do piso regional. Nós, da nova Central, defendemos o salário mínimo regional pelo fato de que também levamos essa proposta. Uma das coisas contrárias é quando sabemos que o Banco Mundial, naquela semana que divulga os indicadores econômicos do Brasil, sempre diz que estamos entre os piores em distribuição de renda do mundo. É quando há uma união dentro do Brasil, de indignação e procurando fazer algo para melhorar essa situação. Essa proposta do salário mínimo regional vem ao encontro disso, porque é distribuição de renda. Portanto, é essa a nossa defesa e pedimos aos Deputados que aprovelem esse piso.

O caminho deveria ser inverso. Com o aumento automático da renda e o aumento do consumo, o incremento da indústria e do comércio é elementar na economia. Havendo investimento, haverá consumo. Portanto, aqueles trabalhadores que forem beneficiados com esse salário mínimo, são os que consomem o que é produzido internamente. Não é para exportação. Esses trabalhadores vão usar esse valor do salário mínimo para adquirir o que é elementar para o trabalhador: alimentação, vestuário,

rio, material de construção civil... Então, é essa a nossa defesa.

Também, aos críticos do salário mínimo, queria dizer o seguinte: se estivéssemos discutindo a implantação do décimo-terceiro, provavelmente haveria uma reação forte, porque ele representa 7% do valor do salário mensal. E aí a indústria, o comércio dão uma alavancada a partir do mês de setembro para se preparar para o mês de maior consumo e de venda que é dezembro. Estamos implantando esse salário mínimo, ainda não é o ideal, mas é o possível no momento.

(Lê):

“Para finalizar, além de agradecer esta oportunidade, deixar registrada duas propostas para a Presidência da Assembléia Legislativa:

1 - Após aprovação do salário mínimo regional, criar uma comissão para avaliar a implementação do piso regional, formada por Parlamentares, Dieese, movimento sindical de trabalhadores e empregadores.

2 - Pensar numa política de médio e longo prazo para valorizar o piso regional, através de aumento real, além da reposição das perdas.”

Então, são essas as nossas propostas. Acho que os Deputados do Estado do Paraná, independente de ser um ano eleitoral, podem entrar na história por fazer a melhor distribuição de renda dentro do Estado. É isso que esperamos!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Queremos agradecer ao Epitácio Antônio dos Santos, Presidente da Nova Central dos Trabalhadores do Estado do Paraná, pela sua colaboração na discussão em torno do salário mínimo regional.

Passamos agora a palavra ao Sr. Gladir Antônio, Vice-Presidente Nacional da Confederação Geral dos Trabalhadores.

Sr. Gladir Antônio Passos - Vice-Presidente Nacional da Confederação Geral dos Trabalhadores

O SR. GLADIR ANTÔNIO PASSOS

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A CGT agradece o convite e utiliza a tribuna para expor aos Srs. Deputados o seu pensamento em relação ao novo piso do salário mínimo regional. Sempre estivemos buscando um formato, como esses dias na audiência pública do salário mínimo, para encontrar formas de um avanço constante do poder aquisitivo do salário mínimo brasileiro. E portanto, o Estado do Paraná, que encaminha através do Executivo, do Governador Requião à Assembléia Legislativa a mensagem, que aliás é o Poder constante da Lei Complementar nº 103, que só o Executivo pode encaminhar a mensagem. E a qual referendamos a proposta da aprovação do salário mínimo regional de 427 a 437 reais.

(Lê)

“SALÁRIO MÍNIMO REGIONAL

Com a edição da Lei Complementar nº 104 de 14 de julho de 2000, criou-se a possibilidade de o Poder Executivo Estadual instituir o piso salarial para os empregados que não tenham piso definido em lei federal, convenção ou acordo coletivo de trabalho, podendo ser estendido aos empregados domésticos.

O piso salarial regional foi adotado pelos estados do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, com valores de R\$ 310,00 a R\$ 373,00 no RJ e de R\$ 374,67 a 407,81 no RS, para o ano de 2005.

No dia 23 de janeiro de 2005, o Governador do Paraná - Roberto Requião - anunciou que enviaria, na abertura dos trabalhos legislativos (15 de fevereiro) a proposta do piso regional com o valor de R\$ 437,00 válido para os empregados que não tenham piso salarial em acordo ou convenção coletiva e estendido aos empregados domésticos, como prevê a Lei Complementar nº 103.

Entendendo que o salário mínimo/piso regional é um privilegiado instrumento de política pública para reduzir a pobreza e promover uma melhor distribuição de renda, o Corecon avalia que é um grande passo dado pelo Governo Estadual para reduzir as desigualdades.

Relatório do Banco Mundial (Bird) divulgado no dia 14 de fevereiro, indica que os altos índices de desigualdade atrapalham o crescimento da América Latina e inibem o investimento. Somente uma política ativa de redução da desigualdade levará a taxas de crescimento maiores na região. Dirigentes do Banco afirmam que a própria pobreza está dificultando o crescimento da região e dizem ainda que é preciso entender que atacar a pobreza não é apenas uma questão de fazer o bem, mas é uma medida que faz sentido econômico. Hoje os níveis de pobreza estão derrubando a possibilidade de crescimento, são conclusões do estudo ‘Redução da Pobreza e Crescimento: Círculos Virtuoso e Viciosos’, que aponta a necessidade de investimento em educação básica, infraestrutura e mudanças no sistema tributário (torná-lo menos regressivo) como saídas para o crescimento econômico”.

A redução da desigualdade social é uma questão fundamental. É importante colocar alguns dados, que quando se diz que o nosso salário vai gerar desemprego, na verdade os estudos apontam que nos estados do Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro esses dados não se confirmaram. O impacto do salário mínimo nas pequenas e médias empresas será apenas de 0,9%. Nas prefeituras municipais, conforme estudos com a contribuição do Dieese, apontam que o impacto será de 0,4%.

É importante afirmar que a inserção no mercado dessa massa salarial que vai intensificar, gerar consumo e por consequência gerar produção e a possibilidade da geração de novos empregos, implica que teremos no mercado os recursos de dezesseis milhões de forma direta, de trinta a cinquenta milhões de forma indireta. O que poderíamos chegar até sessenta milhões de massa salarial

cumulativa, colocada no mercado para efeito de consumo.

Com isso, teríamos uma melhor distribuição de renda e permitindo um processo de crescimento maior para o Estado do Paraná, e teríamos beneficiado de quinhentos a oitocentos mil trabalhadores em todo o Estado, de uma forma direta. Com isso a CGT defende que é preciso se tornar políticas públicas.

As questões das carteiras assinadas, entendemos que o Estado do Rio Grande do Sul, dos três estados do Sul, é que tem o menor índice de trabalhadores com carteira assinada. O Paraná tem um índice de 6,7% enquanto o Rio Grande do Sul, 5,8% e Santa Catarina tem 4,3%.

No Estado do Rio Grande do Sul, aonde foi aprovado há muito anos o piso regional, a distribuição de renda medida entre os rendimentos médios dos 10% mais ricos, em relação aos 40% mais pobres, tem a seguinte distribuição:

- No Paraná, 16 vezes.
- No Rio Grande do Sul, 13,2 vezes.
- Em Santa Catarina, 10 vezes.

Portanto, a CGT traz aqui a mensagem de apoio à aprovação, pedindo aos Deputados, já que se percebe que há um posicionamento para a aprovação desse projeto; porque entende que isso vai dar uma nova dinâmica ao Estado do Paraná. Se pretendemos ter um Brasil melhor, temos que começar pelo Estado do Paraná.

A CGT entende que é fundamental iniciar pelo Legislativo, com Mensagem do Executivo, com a aprovação de um projeto que já começa a dar uma nova dimensão, no Estado do Paraná. Temos hoje quarenta milhões de trabalhadores na informalidade, sem nenhuma proteção social neste país, e o Paraná também contribui com grande parte e, por isso, chegando a 30% dos que trabalham sem carteira assinada.

Entendemos que as licitações de obras públicas principalmente, além da fiscalização que pretendemos fazer entre as centrais sindicais, junto à Delegacia Regional do Trabalho, solicitando o poder de atuação dos sindicatos, entendemos fazer uma proposta à Assembléia de que as licitações de obras públicas deste Estado devem ter como requisito prioritário que nenhuma empresa direta ou aquelas terceirizadas deverão ter trabalho legitimado, com pessoas trabalhando sem carteira assinada.

É um processo em que o Estado do Paraná pode ter diretamente vinculado a sua inserção, fazendo com que suas obras possam ter a garantia de que os trabalhadores que estão atuando na construção dessas obras tenham sua carteira assinada, sua proteção social e uma inserção de fazer com que haja um retrato diferente do Estado do Paraná. Aí, então, atuar fortemente nos outros segmentos, fazer com que possamos reduzir sistematicamente o número de trabalhadores sem carteira assinada, com a inserção de

melhores salários. E fazer com que o Governo Federal, com o apoio dos governos estaduais, lutem para a redução da carga tributária incidente sobre os salários no Brasil, que é de 38%.

Em contrapartida, melhorando os salários, porque os salários serão jogados na economia direta de consumo, inserindo e fazendo com que o setor produtivo melhore a cada dia que passa, melhorando os salários, melhorando o consumo e gerando muito mais empregos, porque o desemprego brasileiro é extremamente elevado e precisamos do apoio dos Srs. Parlamentares, do Governo do Estado, para atuar fortemente na geração de empregos no Estado do Paraná. E esta dinâmica é que vai dar uma dimensão de um Estado justo, de um Estado que vai buscar a inserção e a inclusão desses trabalhadores no mercado, mas sem perder de vista a falta de proteção social, porque no futuro podemos ter milhões de trabalhadores no Brasil, sem nenhuma proteção social.

Por isso, entendemos que a falácia que é colocada na Previdência Social, dizendo que ela é deficitária, é um número que não reflete a verdade, porque os números apontados no fechamento do balanço de 2005 mostram que a Previdência Social teve um superávit de 53 bilhões. É que tudo é jogado dentro de um mesmo saco, e aí acaba dando déficit. Mas, a Previdência Social teve um superávit em 2005, de 53 bilhões de reais.

Portanto, pedimos, em nome da CGT, na qualidade de Vice-Presidente nacional, o apoio dos Srs. Parlamentares e da Mesa, já que tivemos reunião com o Presidente da Casa, Hermas Brandão na semana passada, com o compromisso de colocar no dia 03.

Estaremos aqui, com certeza, com todos os trabalhadores nas galerias, dando a sustentação para que o Paraná comece um novo momento, com a aprovação do piso salarial regional de R\$ 427,00 a R\$ 437,00. E a certeza de que isto vai incrementar a economia, gerar mais empregos e dar uma nova dinâmica a este Estado pujante, em desenvolvimento e que os empregados possam ter uma resposta para isso, elevando suas vendas e tendo maiores ganhos, gerando muito mais empregos.

Muito obrigado à Mesa, aos Srs. Parlamentares, pelo convite feito à CGT.

Interlocutores:

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Pela Ordem, com a palavra o Deputado Ângelo Vanhoni.

Antes, queria esclarecer que, como foi já de comum acordo com o nosso Presidente Hermas Brandão, realizado em Sessões anteriores, de que não foi dado aparte ou feito intervalo para questionamentos após a explanação das entidades.

Deputado Ângelo Vanhoni (PT)

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Pela Ordem**)

Peço a palavra apenas para pedir sua deferência e fazer um registro de agradecimento pela presença e ao enorme prazer, porque conheço pessoalmente o Gladir, sei da sua luta no movimento sindical paranaense há mais de 25 anos, é um dos bravos lutadores pelas questões dos trabalhadores do nosso Estado. É oriundo de Cascavel, do Sindicato dos Bancários, foi o fundador do Sindicato na cidade de Cascavel e hoje dirige uma Central importante no nosso Estado e no nosso país; e dizer da satisfação em tê-lo aqui na Assembléia Legislativa, participando de um debate tão importante como é esta mensagem que o Governo mandou para a Assembléia, da fixação de um mínimo de referência, que possa ajudar o conjunto dos trabalhadores a superar suas condições, que todos nós sabemos são condições muito difíceis de sobrevivência, num país como o nosso que precisa se desenvolver cada vez mais.

Parabéns Gladir, é uma enorme satisfação revê-lo, e revê-lo nessa circunstância, você, aqui na Assembléia, dando depoimento em nome de uma Central, da justiça e da necessidade que para o conjunto dos trabalhadores possamos aprovar uma emenda como essa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Deputado Scarpellini, da mesma forma um minuto para saudações, desde que não sejam questionamentos.

Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Eu não gostaria de fazer um questionamento, apenas uma posição, agradecer a presença do líder sindical que aqui está e do outro que o antecedeu, da CGT, Nova CGT.

Mas, por uma questão de justiça, Sr. Presidente, porque tanto um quanto o outro fez saudações apenas ao Deputado Mauro Moraes. Quero louvar o trabalho do Deputado Mauro Moraes, mas tem um substitutivo que é do Deputado Hermes Fonseca que está aí nesse projeto, é uma luta, Deputado Luiz Carlos Martins, é uma luta de toda a Assembléia Legislativa do Paraná, abrir o espaço para se discutir essas questões, Presidente Hermas Brandão.

Então, não se pode apenas colocar como sendo uma emenda constitucional de um Deputado, de uma facção política; estamos aqui numa luta quase que unânime, se não me parece diferente, unânime essa luta dos Deputados na Assembléia Legislativa do Paraná, com relação a isso. E por essa razão, quero colocar esse meu parêntese, essa minha advertência, que como Deputado estadual talvez não tenha feito nenhum trabalho no sentido de que se viabilizasse o salário mínimo regional, mas outros Deputados aqui fizeram e merecem as considerações, o res-

peito e o apoio da população e das lideranças sindicais do Estado do Paraná.

Portanto, essa é a minha posição.

Deputado Mauro Moraes (PMDB)

O SR. MAURO MORAES

Quero saudar os dois dirigentes sindicais. Lembrar que na ocasião que o Presidente da Nova Central Sindical usou a palavra, ele saudou a todos os Deputados e pediu o apoio de todos. Ele só se referiu que, desde 2004, o Deputado Mauro Moraes já havia apresentado um projeto que concedia ao Estado do Paraná um salário mínimo diferenciado; esta é a verdade e ninguém pode negar. E nenhum outro projeto foi apresentado nesta Casa senão o do Deputado Mauro Moraes, que foi arquivado pelo relator, Deputado José Maria, e pelo Presidente Hermes Fonseca. Consequentemente apresentamos projeto de indicação e encaminhamos um ofício ao Governador solicitando, depois de se juntar à Nova Central Sindical nessa luta, para que se aprovasse esse salário mínimo. Mas, é evidente que a luta é de todos, isso nós reconhecemos, não é somente o Deputado Mauro Moraes que vai aprovar o salário-mínimo aqui, mas também não podemos falar com a verdade porque o que ele disse é a realidade, somente um projeto foi apresentado nesta Casa em 2004, assinado só pelo Deputado Mauro Moraes.

Deputado José Maria Ferreira (PMDB)

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Pela Ordem**)

Só queria informar ao Deputado Mauro Moraes, que em 1997 o Deputado Tony Garcia também apresentou um projeto igual levando o salário para duzentos reais.

Deputado Valdir Rossoni (PSDB)

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, é importante. Talvez o meu colega de Oposição, Deputado Scarpellini, quisesse dizer outra coisa e não entendemos perfeitamente. Mas, entendo o Deputado Scarpellini olhando nos olhos, a nossa preocupação com o Deputado Mauro Moraes que de repente ele possa ter a mesma recaída da questão do nepotismo, porque ele era favorável, de repente na semana que vem quando votarmos a questão do salário, que permaneçamos com essa posição. Mas, gostaria de me dirigir...

O SR. MAURO MOAES (PMDB) (**Pela Ordem**)

Presidente, ele se referiu à minha pessoa e eu gostaria de usar da palavra para apresentar uma justificação, porque não é justo. Ele deve se referir à Bancada dele que se ausentou por inteira, a isso, ele deve fazer referência, porque se Bancada dele estivesse presente...

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Eu peço a sua compreensão, e pediria que V. Exa. se inscrevesse em Explicações Pessoais ou mesmo na Liderança do seu partido.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Gostaria de dizer que a Bancada de Oposição votará favorável. Inclusive entramos com um requerimento de regime de urgência; não foi aceito porque o Presidente resolveu ouvir as entidades organizadas no Estado do Paraná.

Então, não há necessidade de o Governador fazer um apelo para aprovarmos. Desde o primeiro dia somos favoráveis.

Muito obrigado!

Deputado Antonio Anibelli (PMDB)

O SR. ANTONIO ANIBELLI (**Pela Ordem**)

Hoje pela manhã na “escolinha do Governo” quando os órgãos de representação de sindicatos estiveram lá para fazer a sua preleção, o Governador me chamou lá na frente, perguntou se havia outro Deputado, mas estava apenas eu. Eu disse, em nome da minha Bancada que represento e em nome da Assembléia Legislativa, porque sou conhecedor do espírito público e da ligação que fazem todos os Srs. Deputados, através de seus municípios, de seus trabalhadores, que a Assembléia Legislativa daria o exemplo ao Brasil. Votaríamos, por unanimidade, o projeto do salário de 437 reais.

Eu disse ao Governador e para a televisão que, em nome de todos os Deputados, - e não estava representando todos -, mas sei do espírito público e democrático de todos os Srs. Deputados. Falei porque conheço esta Casa. A Assembléia Legislativa jamais faltaria a este reclamo de todos os trabalhadores do Estado do Paraná.

Muito obrigado!

Deputada Elza Correia (PMDB)

A SRA. ELZA CORREIA

Queria dizer da importância de trazer aqui as lideranças que representam os trabalhadores do Paraná como a Nova Central, também a CUT, a Fetaep. E, até o momento, apenas a FIEP apresentou a sua contrariedade da aprovação desse projeto. dentro da sua visão empresarial.

Acho de fundamental importância a participação dos senhores aqui conosco, tenho todas as anotações feitas de todos que passaram por aqui. E tenho certeza absoluta que esse projeto será aprovado com 54 votos SIM.

Muito obrigado!

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) (**Pela Ordem**)

Não se a TVE está aqui presente, mas me coloco à disposição para gravar um comercial, assim como o

Governador está fazendo, dizendo que somos a favor do seu projeto.

Muito obrigado!

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Peço ao Deputado Neivo que se dirija ao saguão da entrada, pois lá está a TVE e V. Exa. poderá falar direto.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Esta Casa quer agradecer ao Sr. Gladir Antônio Passos - Vice-Presidente Nacional da Confederação Geral dos Trabalhadores, pela sua colaboração na discussão em torno do salário mínimo regional.

Muito obrigado!

O SR. GLADIR ANTÔNIO PASSOS

Muito obrigado a todos os Deputados. E esperamos que no dia 3 seja aprovado, por 54 votos, o piso do Estado do Paraná.

Muito obrigado!

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Pela Ordem**)

Há muito tempo estou querendo falar na Educativa e não consegui. Gostaria de pedir autorização ao Deputado Anibelli.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Está autorizado e posso lhe acompanhar até o saguão.

Vamos lá!

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, tem que ficar registrado que a minha entrevista tem que sair no ar.

Lógico!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Devidamente registrado, Deputado Valdir Rossoni

Horário das Lideranças:

Passa-se ao Horário das Lideranças.

Bloco PTB/PL/PMR. PPS.

(**Declinam**)

PDT. Com a palavra o Sr. Deputado Augustinho Zucchi.

Liderança do PDT: Deputado Augustinho Zucchi

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Uso o horário da Liderança do nosso Partido, o PDT, apenas para fazer um comentário sobre o movimento hoje, na região Sudoeste do Paraná, mais uma vez, (mais uma vez porque já teve esse movimento esses dias), sobre a questão da nossa agricultura. Movimento que está

sendo realizado na cidade de Dois Vizinhos, reunindo sindicatos, associações de produtores, Associação dos Avicultores, para discutir esse assunto que é importante para todos país, que é a situação da nossa agropecuária.

Antes, Presidente, até falei à imprensa que estava nos entrevistando, não sei de onde surgiu a informação que tem algum Deputado aqui contra a proposta de salário mínimo encaminhada para esta Assembléia. Eu não conheço nenhum! Não vi nenhum Parlamentar que tenha subido à tribuna da Assembléia ou que tenha usado qualquer aparte para dizer que é contra o salário. Então, acho que, sinceramente, esse salário será aprovado por unanimidade. Aí vamos fazer jus à proposta do Governador: “vamos, todos juntos aprovar o nosso salário!” E todos nós vamos aprovar o salário de R\$ 437,00 conforme a proposta encaminhada a esta Assembléia.

Queria comunicar à Casa este movimento dos nossos agricultores, porque há poucos dias recebemos uma notícia de que o Governo havia editado um pacote, uma série de medidas que visavam ajudar os nossos agricultores. Pois bem, até agora não tivemos a execução dessas medidas na prática e a agricultura continua com a suspeita da febre aftosa, porque ninguém sabe o que aconteceu até hoje, porque mataram boi que nem sequer teve início do sintoma de doença; com o problema da gripe aviária que está para lá da Europa.

Hoje, pagamos o preço aqui, com uma situação em que o Presidente Lula, em um encontro em Chapecó, quando era candidato eu o ouvi dizer: “olha, agricultor plantar, colher com sacrifício e não receber pelo preço mínimo vai fazer parte da história do passado do nosso país!” Não é verdade. Não é verdade porque o agricultor não está recebendo o preço mínimo; nem sequer consegue vender por conta da saturação do mercado, muitas vezes, e fica na dependência exclusiva do mercado que, aliás, durante muitos anos o nosso agricultor passou sempre a ficar dependente dele.

Quero apoiar esse movimento. Registrar a nossa solidariedade. É uma questão de segurança nacional porque o próprio Estado do Paraná, que era, há poucos dias, o quarto Estado da Federação em oferta do número de empregos, Deputado Nelson Justus, caiu para 19º, porque obviamente estamos sentindo reflexos da crise no setor agropecuário.

O Presidente que viajava para o exterior, Deputado José Maria, e era respeitado como sendo dirigente da Nação brasileira, a futura potência do mundo em termos de abastecimento das nossas populações.

Hoje, vemos a agricultura passando pela maior crise dos últimos quarenta anos. E se não houver medidas de apoio, de ajuda, de incentivo para que se possa fazer a próxima safra, com certeza pagaremos o preço.

Vejam o que aconteceu com o trigo. Todos vamos à panificadora, pegamos o pãozinho francês, consumimos dez milhões de toneladas de trigo por ano no Brasil; produzimos cinco. E o produtor foi obrigado a vender a um preço que não é nem sequer o custo de produção.

No Mato Grosso, 95 produtores entraram na Justiça e ganharam. O Governo vai ser obrigado a pagar o preço mínimo.

Mas, e agora, estamos prestes a mais uma safra. Pergunto o seguinte: Quem vai plantar trigo? Vamos importar todo o trigo?

Será que não seria estratégico para o país ter auto-suficiência com relação a esse produto que é fundamental, importante para a manutenção do preço da cesta básica, é importante para toda a cadeia alimentar da população?

Infelizmente, não temos nada que possa dar um alento ao produtor.

Portanto, meu caro Deputado Nishimori, V. Exa. que tem ligação com a agropecuária, esses movimentos estão, na verdade, pedindo socorro. Não é mais apenas um alerta aos governos. Estamos pedindo socorro para a nossa agricultura. E eu agora, inclusive, vou gravar no programa do PDT, que vai ao ar dia 08 e conversando com o Senador Osmar Dias, disse-lhe que vou gravar sobre o que era o “Programa Paraná Rural”, qual era o incentivo que o programa dava. O que significou isso para o Paraná. Por que nós, com 2% do território brasileiro, conseguimos ainda deter o título de Grande Produtor Nacional, do Primeiro Produtor Nacional de Grãos, porque, Deputado Scarpellini, há outros estados que estão expandindo as suas fronteiras? Não temos mais como expandir e continuamos sustentando esse título graças ao trabalho dos nossos agricultores, a tecnologia desenvolvida e a preservação dos recursos naturais. Perdíamos um centímetro de solo por ano, em média, que assoreava os rios e com esse programa tivemos, com certeza absoluta, o maior programa de equilíbrio ambiental que este Estado já viu e de aumento de produtividade.

Portanto, quero registrar: não pude estar lá no movimento como costume estar, mas quero registrar, com certeza, a solidariedade de todos os agricultores aos tantos que estão em praça pública reivindicando o que é justo para a nossa agricultura, o que é fundamental à nossa produção. Não apenas de Dois Vizinhos, mas, tenho certeza, de todo o Sudoeste do Paraná, de todo o Estado, o clamor é o mesmo. Precisamos de medidas concretas para minimizar a crise por que passa a nossa agricultura. Não bastasse o baixo preço em todos os produtos, com exceção, quiçá, do algodão, do bicho-da-seda, todos os produtores estão com preço baixo. Ainda tivemos duas, três estiagens.

Então, estamos, Deputado Miltinho Pupio, numa situação terrível. Há realmente uma preocupação muito grande no setor agropecuário, tenho obrigação de apresentar esta preocupação aqui.

Agradeço a V. Exa. e também ao Deputado Luiz Carlos Martins, Líder do nosso PDT, que me cedeu o horário. E apenas para registrar mais uma vez: vou votar favorável ao salário mínimo cuja mensagem está aqui tramitando.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado José Domingos Scarpellini.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Antes do orador, apenas registrar a presença do ex-Diretor-Presidente da Paraná Esporte, ex-Deputado Federal, Ricardo Gomide, que nos visita na tarde de hoje.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Esta Casa registra e dá as boas-vindas ao Ricardo Gomide.

Liderança do Bloco PP/PSB: Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Quero registrar a presença do nosso amigo Max Lobato Sales, que foi Diretor do Decon, empresário, cujo pai, o Sr. Álvaro Lobato Sales, proprietário do Castelo El Dourado, em Marilândia do Sul. Fazendo essa saudação também fico feliz de ver aqui o ex-Deputado e o ex-Presidente da Paraná esporte, Ricardo Gomide. Fico tão feliz, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de ver o Gomide aqui. Várias vezes, como Deputado, aqui, na Assembléia, liguei para o seu gabinete, para o seu celular e não consegui ouvir a sua voz. Deixei vários recados a este nosso ilustre ex-Deputado, que estava lá com esta função. Não tive o prazer de ouvir a sua voz me cumprimentando, falando comigo ou me retornando uma ligação. Mas, assim, Gomide, você vai cumprir a sua trajetória, um moço trabalhador - sei que você não teve tempo de retornar as ligações a este Deputado de Oposição, mas nem por isso você deixa de ser nosso amigo e uma pessoa competente. Camarada Gomide, o futuro lhe espera.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, ouvimos os discursos sobre a agricultura, um mais verdadeiro e efusivo do que o outro. Os Deputados Zuquinho e Zé Maria falaram sobre a agricultura. Fiz aqui um apanhado rápido, como se estivéssemos em um sistema de escambo, que é o sistema de trocas, Deputado Nelson Justus. Uma saca de milho há três anos atrás comprava 23 litros de óleo diesel. Hoje, uma saca de milho compra seis litros de óleo diesel.

Deputados, a agricultura está quebrada. O grande plantador de soja, Maggi, que é o Governador do Mato Grosso, Deputado Plauto Miró Guimarães, disse que o problema para resolver a sua colheita à produção do seu milho e da sua soja se resolve com um palito de fósforo, colocando fogo e queimando, Deputado Elio Rusch! Esta é a situação que vai chegar a agricultura brasileira. Vai quebrar de Norte a Sul, de Leste a Oeste, com chuva, com sol, todos. Depois, para retomar aquilo que vai acontecer, agora, vai demorar dez anos, para poder repor as máquinas, os pneus, porque tudo será sucateado e deixará de existir. Não seremos mais o maior produtor de grãos. Não

veremos mais as filas nos portos, nem no de Paranaguá, que é dirigido pelo Eduardo Requião - não vai ter fila, porque não vai ter o que exportar. Seremos o país dos quebrados. Vamos ver as micro-bacias do Osmar Dias sem ser plantadas.

Vamos ver os tratores sem arados o nosso caboclo sem enxada na mão. Vamos ver um quadro muito triste, que vai beirar a miséria e a fome em todos os quadrantes deste país. De nada vai adiantar ter salário regional de R\$ 437,00 por mês, pois não vai ter empregador para contratar e para pagar o empregado.

Vemos, Deputado Zucchi e Deputados da Bancada Governista, a tal Força Tarefa Verde multando quem não tem mata ciliar plantada ou quem não tem reserva legal constituída. Faz-se de morto o Governo, ouvidos moucos, como se responsabilidade só fosse do Lula ou do Governo Federal e o Governo do Estado quando é vaiado, diz que a vaia originou-se de um grupinho - que me permita o palavão - um "grupinho de merda", disse o Governador.

Não é. É o sentimento que está brotando das ruas, da necessidade da mudança e da transformação, porque só o discurso, só os chavões políticos não resolvem o problema da produção e dos produtores. As pessoas estão assustadas com as instituições, com as autoridades e com o autoritarismo praticado pelas autoridades. É uma violência só, praticada contra o ser humano em todos os sentidos.

Vamos falar sobre a energia elétrica no Paraná: 27% de ICMS, e em São Paulo, 12%. Vamos tratar do ICMS da telefonia, do ICMS que é arrecadado e depois distribuído aos municípios que estão endividados e os Prefeitos sem condições, muitas vezes, de fazer carreador para tirar lá da roça o saco de milho, de soja ou apoiar uma granja de frango, onde os caminhões não entram no dia que chove. É lastimável! É lamentável que isso esteja ocorrendo neste país com essa dimensão continental que é o Brasil!

Estamos vendo as estradas, a maioria delas intransitáveis nas fronteiras agrícolas que se abriram em Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins e quando não são intransitáveis, os pedágios estão aí para escravizar os motoristas e os consumidores. Os pedágios na Argentina e no Chile custam 25% de um dólar por posto de pedágio, US\$ 0,25! Chile e Argentina. Aqui, temos o pedágio na rodovia das praias, a Ecovia. Custa cinco dólares. Com cinco dólares pagos no pedágio da rodovia das praias, você passa por dez pedágios no Chile ou na Argentina, Deputado Mauro Moraes, autor da proposição. Eu até gostaria de pedir aparte nesse seu discurso com o Gomide, mas o meu tempo já está esgotado, Sr. Presidente, Deputado Reni Pereira, Deputado Barbosa Neto.

Esta Assembléia precisa abrir os ouvidos, Deputado Iensen, para a discussão, porque senão vamos ficar nas periferias e não vamos chegar no núcleo das questões. Fico muito agradecido, deveras emocionado com as suas colocações.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

PFL. Com a palavra o Deputado Plauto Miró Guimarães.

Liderança do PFL: Deputado Plauto Miró Guimarães

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Quero aproveitar este momento para deixar registrada a posição do Partido da Frente Liberal, que tem na sua Bancada o Deputado Elio Rusch, Deputado Nelson Justus, Deputado Durval Amaral, e a nossa pessoa, com relação ao salário mínimo: o PFL vota a favor da aprovação do salário mínimo que está nesta Casa com o seu projeto de lei que vai ser votado no dia 03 de maio. Mas, quero também lembrar que o Deputado Mauro Moraes apresentou no ano de 2004 um projeto para elevar o salário mínimo no Estado do Paraná e, Deputados da Base Aliada do Governador Roberto Requião engavetaram e reprovaram esse projeto não deixando tramitar; ele morreu na Comissão de Constituição e Justiça. Agora estamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a seis meses das eleições e um projeto elevando o valor do salário mínimo é colocado na Assembléia Legislativa do Paraná e vai ser aprovado por unanimidade. Pena que o Governador Roberto Requião de Mello e Silva não encaminhou esse aumento do salário mínimo, Deputado Mauro Moraes, lá, no início do seu mandato. O senhor teve essa preocupação, apresentou o seu projeto, mas infelizmente ele não pôde tramitar nesta Casa de Leis.

Então, o Partido da Frente Liberal, as Oposições e todos os Deputados são favoráveis à aprovação desse salário mínimo. Eu via aqui na imprensa estadual, no jornal Gazeta do Povo, uma escola da região metropolitana de Curitiba suspendendo as aulas por falta de segurança. Isso está acontecendo na região metropolitana e em colégios aqui da capital. E na nossa cidade de Ponta Grossa, Deputado Valdir Rossoni, não é diferente, temos periodicamente colégios daquela cidade sendo depredados por jovens, por assaltantes, enfim, por pessoas que entram lá para roubar o computador, o videocassete, para roubar o DVD que essas escolas no dia de hoje têm dentro dos seus prédios sendo patrimônio deles. Isso acabou se tornando um procedimento normal, aonde vemos colégios que fazem uma grade para poder colocar a televisão presa dentro dela e chumbada na parede de concreto para não ser roubado esse patrimônio que, com tanta dificuldade, elas conseguiram adquirir. Falta segurança pública.

Eu vou retornar a um histórico, Deputado Rafael Greca, de Ponta Grossa. Em meados do ano passado teve uma grande operação do Governo do Estado que conseguiram diminuir drasticamente o problema de segurança pública na cidade de Ponta Grossa. Ficaram lá duas semanas. Nessas duas semanas, trouxeram para Ponta Grossa, de outros Batalhões cento e cinquenta policiais. Teve um incremento no número de policiais no Batalhão

da Polícia Militar da cidade de Ponta Grossa. Trinta veículos vieram de outros batalhões e conseguiram fazer uma operação aonde prenderam alguns bandidos e ao mesmo tempo sumiram da cidade os assaltantes, os esturpadores, os traficantes e os vendedores de drogas. Sumiram. Depois que a operação acabou, sabem o que aconteceu, Sr. Presidente, Srs. Deputados? Os bandidos todos voltaram. Alguns foram presos, acabaram de acordo com a justiça conseguindo sair da cadeia, só que a maior parte que ficou quieto ou saiu da cidade, voltou, e a cidade voltou a ser o caos que era.

Então, é simples, na minha maneira de ver. Não é tão difícil. Primeiro priorizar a questão da segurança pública no Estado do Paraná, passando pela contratação de mais policiais. Se na cidade de Ponta Grossa colocassem 150 novos policiais dentro do Primeiro Batalhão da Polícia Militar e mais um número significativo de viaturas, Deputado Valdir Rossoni, que hoje não tem carro para correr atrás de bandido! Os carros foram sucateando, o Governo, no decorrer de todo este tempo pouco fez pela segurança de Ponta Grossa e da região dos Campos Gerais, mas, se o Governo fizesse o que fez nos quinze dias que a polícia teve o seu reforço, o problema de segurança poderia estar muito menor na cidade de Ponta Grossa, nos dias de hoje.

Colégio Regente Feijó, Deputado Nelson Justus conhece, colégio histórico, um dos primeiros colégios do nosso Estado, o segundo colégio da cidade de Ponta Grossa, está sendo depredado. Aqui na própria matéria tem o seu Diretor, o Cleiton, dizendo que periodicamente o colégio é roubado, o colégio é invadido por marginais que acabam utilizando o prédio público, muitas vezes até para fazer porcaria na merenda escolar que está lá para os seus alunos.

Então, o que nós vemos - ligamos a televisão, uma maravilha - a segurança pública, eles pegam os policiais bonitos, bem fardados, farda bem passada, desfilando como se aquilo fosse a referência do combate à criminalidade no Estado do Paraná.

Só que estamos sentido que lá em Bituruna não deve ser diferente, em Jandaia não é diferente, em Ponta Grossa também, e a coisa não vai bem. E esperamos que no lugar de gastarem o dinheiro com publicidade, que é importante também contar os feitos, não somos contra, mas poderiam gastar menos e o dinheiro economizado poderia ser encaminhado para uma melhoria no equipamento e no policiamento no Estado do Paraná.

E para terminar, queria deixar registrado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que escutei na televisão, lá na região dos Campos Gerais, na Rede Globo, é baratinha a publicidade na Rede Globo -, mas eu escutei o anúncio de que cem novos policiais militares seriam colocados no Primeiro Batalhão da Polícia Militar em Ponta Grossa. Sabe o que aconteceu, Deputado Valdir Rossoni? Eles anunciaram há dias atrás que não vão mais os cem novos policiais para o Primeiro Batalhão. Tem alguma coisa errada. Mas, dia 1º de outubro é o dia das eleições e a

hora de o eleitor dizer - a coisa vai bem, lá em Brasília está uma maravilha, esses que estão governando têm que continuar, está tudo bem. O eleitor vai poder escolher - se não está bem vota contra e aqui no Paraná não é diferente e eu sempre gosto de deixar registrado, Deputado Nelson Justus, o atual Governador, na história do Paraná, se caso for reeleito, será o primeiro na história do nosso Estado que será Governador por três vezes. Será que a família Requião, nesses dois mandatos que tiveram, já não fez tudo o que tinha que fazer para o povo do Paraná? Será que não está na hora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de buscar um novo discurso, um novo projeto, uma nova forma de administrar, sem bronca, sem briga, sem atrito, sem conflito? Acho que está na hora de todos analisarmos - três mandatos de Governador? Deputado Valdir Rossoni, é demais. Vamos pensar, vamos analisar as propostas. Agora há pouco vi aqui um candidato a Governador, o Vitor Hugo Burko, candidato do PL, também elaborando um projeto, um plano de governo; temos o nosso companheiro Senador Osmar Dias, tem o Rubens Bueno preparando uma candidatura - será possível que nós vamos ter que agüentar mais quatro anos esses que governam o nosso Estado nesse conflito, nessa bronca, nessa "brigarada"? E que colocam, - isso é que foi pior -, os seus aliados na Assembleia Legislativa, numa situação tão delicada como foi a votação do projeto do nepotismo!

Chega deles, vamos mudar!

Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

No horário do PT, com a palavra o Deputado Ângelo Vanhoni.

Liderança do PT: Deputado Ângelo Vanhoni

O SR. ÂNGELO VANHONI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Venho a esta tribuna porque na manhã de hoje, lendo os jornais, e ontem no final da tarde, por um documento distribuído aos Deputados estaduais, que diz respeito a uma decisão do Supremo Tribunal Federal em relação ao processo legislativo. Ontem, praticamente ficou, em função desse documento, uma imagem e uma sensação de que a Assembleia Legislativa não poderia mais votar o processo que diz respeito ao nepotismo.

Como todos os senhores sabem, a Bancada do PT teve uma posição divergente, o Deputado Tadeu Veneri apresentou uma proposta inicial que tramitou, teve uma ampla aceitação na primeira e na segunda votação, a Bancada do PT procedeu a votos divididos, quatro Deputados se ausentaram do Plenário e cinco Deputados votaram favoravelmente à emenda e ao relatório do Deputado José Maria Ferreira. Os Deputados que se ausentaram argumentaram, na Bancada, nas duas ocasiões em que se reuniu, que era importante que se abrisse um processo de diálogo entre as emendas que estavam tramitando na

Casa. Qual era o centro da argumentação? Estamos procedendo à votação de um projeto de lei de autoria de um Deputado, estamos procedendo a uma alteração na Constituição do Estado do Paraná, que deve marcar a perenidade da existência e regular as instituições jurídicas do Estado daqui em diante.

Nesse sentido, era importante fazer todos os esforços para que uma unificação, uma síntese, um acordo entre as propostas pudesse ser consubstanciado. Infelizmente não aconteceu, a Bancada do meu Partido fechou a questão, não concordamos, achamos que essa matéria não deveria proceder ao fechamento da questão. Fomos vencidos, cinco a quatro e acabamos nos retirando do processo. Nosso partido tomou as providências que julga necessário em relação à nossa discordância do processo em curso aqui na Assembleia.

No entanto, para nossa surpresa, vimos as manchetes dos jornais e mesmo alguns Deputados aqui na Assembleia, sobretudo alguns Deputados da base do Governo, dizendo que era impossível votar qualquer projeto de lei dessa natureza, nessa legislatura, conforme o documento distribuído aqui na Assembleia, de uma decisão liminar a uma tramitação parecida ainda no Governo Fernando Henrique Cardoso, em relação a uma Emenda Constitucional da Reforma da Previdência. Pena que apenas a liminar foi distribuída para os Deputados. Foi uma liminar que suspendeu a votação com base no artigo 60 da Constituição. A decisão de mérito do Supremo foi exatamente ao contrário da que deveria proceder à continuidade da votação da emenda, no Congresso Nacional.

A nossa discussão no Partido é que devemos buscar uma unificação e um projeto de lei que possa disciplinar a contratação de parentes, de laços consanguíneos entre o Estado e a sociedade e no âmbito de todos os Poderes. Estamos satisfeitos porque me parece que o Presidente da Assembleia Legislativa, discordando da posição ventilada na imprensa e comunicada à sociedade paranaense, garante que a Emenda Constitucional que está tramitando, já foi aberto o processo para recebimento de emendas, finda hoje às 18h. Essa Comissão, constituída por cinco Deputados indicados por vários Partidos, com a maior Bancada da Assembleia Legislativa, dará prosseguimento ao processo legislativo da Emenda Constitucional apensada aqui, no Poder Legislativo, pelo Governo do Estado. Nossa intenção é que essa Comissão possa receber todas as contribuições que estão tramitando em relação a essa Emenda Constitucional e que possamos construir o projeto que discipline de forma clara e transparente à sociedade, a proibição de contratação indiscriminada de parentes no poder público, sobretudo nos Poderes Legislativo, Executivo, nos Tribunais do nosso Estado, dando consequência a uma aspiração pelo disciplinamento que vemos na sociedade brasileira.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nossa posição é favorável à tramitação. Achamos que a Assembleia Legislativa tem que dar esta resposta à opinião pública, está na Ordem do Dia esta discussão, e os Deputados

Estaduais devem procurar construir este consenso em torno de uma emenda que possa contemplar todos os interesses da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Na ocasião nos manifestamos com uma advertência: sempre fomos contrários à forma como está sendo discriminada e disciplinada esta discussão no Poder Legislativo. Nós, da Bancada do PT, sobretudo alguns Deputados, entre os quais me incluo, não acho que esta emenda do nepotismo deva ser tratada como assistimos, como um processo de Oposição e um processo político contra o Governador do Estado.

Tenho divergências em relação aos Deputados do PFL e do PSDB. Não há uma única marca que se possa querer fazer contra o Governo Roberto Requião. Não há uma única bandeira que a Oposição possa explorar contra o Governo do PMDB no Estado do Paraná. A única bandeira que, infelizmente, pode ser revertida, de ataque ao Governo do Estado, é a bandeira do nepotismo.

Então, neste sentido, já em primeira votação coloquei aqui - os Deputados do PMDB não estavam porque se ausentaram do Plenário, como é de direito da Bancada, para obstruir a votação, já naquela ocasião coloquei meu alerta e minha discordância em relação a um processo político que estava em curso aqui na Assembléia Legislativa.

Acho que a emenda, do ponto de vista da tese, do ponto de vista do mérito, deve ser amplamente discutida. E aí devemos nos desarmar das paixões políticas que a conjuntura nacional pode provocar em cada um de nós, das paixões políticas eleitorais que podem provocar em cada um de nós, em nossos partidos, mas devemos separar. Porque se for a questão política em relação ao Governo do Estado, vou sempre demarcar a minha posição discordante dos companheiros que se utilizam desta manobra para fazer um duro ataque ao Governo do Estado.

Não concordo com o ataque, porque é covarde, é uma ataque que não tem mérito. O Governo é bom, do ponto de vista dos anseios da população e dos interesses do Paraná. Temos que tomar todos os cuidados para que este processo seja discutido como uma emenda constitucional deve ser requerida. Emenda à Constituição não deve servir como instrumento para fazer oposição ao Lula. Emenda à Constituição não deve servir como aríete, como instrumento, para fazer oposição ao Governo do Estado do Paraná.

Nosso Partido é favorável à tramitação, ao processo de construção de um consenso de uma emenda que possa ao mesmo tempo garantir que o nepotismo seja proibido no Estado do Paraná, que acompanha esta discussão sobre esta tese que está ocorrendo em toda a sociedade brasileira, mas que não possa servir apenas de instrumento para o combate político que às vésperas da eleição deve deixar, a todos, preocupados. Sobretudo aqueles que defendem um Estado voltado para os interesses da maioria da população.

E o governo do PMDB - tenho divergências em relação ao Governo - tenho divergências pontuais, não concordo com a relação que o Governo está estabelecendo com algumas entidades sindicais, sobretudo com a APP; não concordo com outras atitudes do Governo do Estado, tenho críticas, é um direito que me assiste, é um direito de cada Deputado Estadual, mas no conjunto, o Governo do Estado é um governo popular, é um governo que vai ao encontro dos interesses da maioria do povo. E não podemos admitir - e o PT incorre em erro, os companheiros podem incorrer em erro - permitir que um debate sobre a emenda à Constituição possa servir de aríete para forças atrasadas, forças que querem voltar a dominar o Palácio Iguaçu e que, no nosso entendimento, não devem voltar. São forças do passado, são forças do atraso, são aqueles que querem a privatização. E aos trabalhadores e à maior parte da população interessa a preservação do Estado, a preservação do público sobre os interesses de pequenos grupos e interesse privado.

O Sr. Nelson Justus (PFL) (Aparte)

Deputado Ângelo Vanhoni, V. Exa. sabe do apreço e da amizade que tenho por V. Exa. e por toda a sua família. Evidentemente que temos divergências políticas, não concordo com as forças retrógradas a que V. Exa. se referiu ao passado. Mas, isso não é o tema da questão, agora. Também V. Exa. me conhece e sabe de que maneira votei, sabe da minha ligação com o Governo. Portanto, em hipótese alguma votei politicamente a questão do nepotismo. De maneira alguma.

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT)

Reconheço.

O Sr. Nelson Justus (Aparte)

Aliás, quero dizer de público, um dos poucos Secretários de Estado que eu digo que poderia ser premiado nesse Governo é um dos irmãos do Requião. Quero deixar bem claro: o da Educação. Não teria conotação política alguma. Agora, com todo respeito que V. Exa. merece e com todo o respeito que a Mesa merece, acabou a história e morreu a vitória. É completamente inconstitucional votarmos novamente essa matéria nesse período legislativo. Qualquer um derruba. No primeiro degrau do Tribunal de Justiça já cai essa questão. Portanto, acho que deveríamos passar adiante, virar essa página. E o Governador Requião atender ao que dizia o nosso grande mestre Telê Santana que foi há pouco: "não vão no alambrado discutir com a torcida". Não adianta mais, agora já votamos, vamos deixar para o ano que vem. A questão não é política e nem deve ser encarada como tal. V. Exa. sabe disso. Agora já votou-se. É totalmente inconstitucional.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está esgotado o seu tempo. Peço para V. Exa. concluir.

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT)

Sr. Presidente, quero concluir. Recebo com prazer a sua argumentação. Só queria dizer que o Governador Roberto Requião ensinou a nós, Deputados, ele tem insistido e tem brigado contra a justiça e contra aquilo, muitas vezes, que está na Constituição. Nós, Deputados, vamos fazer a mesma coisa, vamos dar prosseguimento como a Mesa está encaminhando, vamos votar e se alguém entrar na Justiça, que entre.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Liderança do PSDB, Deputado Valdir Rossoni.

O SR. LUIZ NISHIMORI (PSDB) (**Pela Ordem**)

Só gostaria de agradecer e registrar a presença do Sr. Gilmar, Vereador de Diamante do Norte e Leandro Cardoso que é Secretário da Administração de Nova Esperança.

Liderança do PSDB: Deputado Valdir Rossoni

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero dizer que não é nenhuma recaída. Quero apenas avisar que aqui deste lado o som é melhor.

Sr. Presidente, acredito que estamos vivendo um momento da política brasileira que precisa ser refletido. Destruíram o Congresso Nacional para salvar o Presidente da República. Coitados dos Deputados Federais que são sérios! Os pilantras que se danem! Mas, os sérios vão pagar para salvar o chefe dos quarenta. Isso é a grande verdade, Deputado Luiz Carlos Martins, e agora iniciou-se o trabalho de desmoralização desta Casa, porque começa pelo salário mínimo, meus amigos Parlamentares. Nunca vi um Parlamentar nesta Casa dizer que era contrário à votação do salário mínimo. Gastou-se milhões em propaganda. Estão aí nos pontos de ônibus, em todos os lugares, o Governador fazendo um apelo a esta Casa para votarmos. Quem é que disse para ele que somos contrários? Só ele, só na cabeça dele ou das pessoas que levam a notícia daqui, talvez para valorizar o passe. Eu não vi nenhum Deputado de Oposição se posicionando contra. Esta é uma questão.

A outra questão: não está falando o Presidente do PSDB. Está falando o Líder da Oposição. Permita-me discordar de V. Exa. quando afirma que vai colocar a PEC do Governador em votação. Queremos dizer, Deputados da Oposição, que somos favoráveis. Vamos votar. Já apresentamos os representantes dos Partidos nas Comissões, mas queremos dizer que entramos numa grande artimanha do Governador. O que é a história? Vamos fazer o seguinte: a PEC do Deputado Tadeu Veneri, fugimos do plenário, não aprovamos e aí, o Presidente da Assembléia coloca a PEC do Governador! Vamos todos cantar o Hino Nacional de mãos dadas, porque somos brasileiros, porque honramos os votos que temos e vota-

mos favoráveis. Não precisa ninguém fugir do plenário. Aí, encontramos um cidadão na sociedade, que se sentiu prejudicado pela PEC do Governador. Ele vai recorrer à Justiça, vai derrubar esta PEC e aí estão todos salvos, os nepotistas, os não nepotistas, e serão tratados todos iguais.

Desculpem, mas às vezes a decisão da maioria não é a mais correta. Este Parlamentar subiu à tribuna e defendeu que nós não deveríamos votar a PEC do Deputado Tadeu Veneri na semana passada, porque eu achava que na hora em que os Parlamentares fossem à rua, seriam pressionados e voltariam para esta Casa e hoje, nós estaríamos votando a PEC do Tadeu e estaríamos aprovando. Fui voto vencido dentro da Bancada da Oposição numa reunião rápida e, é claro, eu tenho que aceitar a decisão da maioria. Erramos, porque agora demos o artifício para burlarem a opinião pública.

Por esta razão, sinto-me no direito de denunciar esta artimanha, porque todos nós sabemos que é inconstitucional votarmos a questão do nepotismo, neste ano. Aí, não vai ser ninguém do Governo que vai entrar na Justiça. Nós vamos encontrar, claro, nós somos sábios, o Governo é sábio, eles vão encontrar alguém que não tinha ligação política com o Governador, não é de Partido nenhum, mas entra na Justiça e aí, todos estão salvos, “Aleluia, Aleluia, Aleluia. Amém”.

Esta é a razão que subo à tribuna, para denunciar o casuísmo, porque quem estava com vontade de votar a questão do nepotismo, teria votado na semana passada. Não vai ser esta PEC do Governador que vem salvar nada. Nós vamos votar. O Presidente já tem uma decisão, nós discordamos, mas acho necessário, senão, vai ficar a pecha em cima desta Casa. Está correto politicamente, mas tecnicamente não está correta a decisão do Presidente, mas é a “mumunha” que está funcionando nesta questão da votação. Fico feliz em ver aqui alguns Deputados, arrependidos da posição, e que vão ter a oportunidade de votar a PEC do Governador. Mas, não tenho dúvida, Srs. Deputados, alguém da sociedade vai questionar isso na Justiça. Isso tem que ser alertado, para que fique claro que nós, da Oposição, não estamos sendo enganados; nós vamos votar favorável também à PEC, para não deixar nenhuma dúvida sobre essa questão. Mas, não vamos embarcar nesse bonde sem saber o que estão fazendo. Quero deixar claro: sabemos que isso é uma artimanha, essa é uma maneira de burlar a opinião pública, de conduzir as questões ao bel-prazer do rei do Palácio Iguaçu.

Concedo o aparte ao Deputado Stica.

O Sr. Natálio Stica (PT)

Só para dizer que não é verdade, pelo menos não dá para encarar como verdade, o que V. Exa. está falando. Esse é um pensamento seu e V. Exa. tem direito de assim externá-lo. Mas, temos a convicção porque o parecer que foi apresentado ontem, não sei por quem. Mas, o parecer foi apresentado com uma certa dose de maldade até, e de

sacanagem, O termo é esse, porque aquilo não é verdade, é uma liminar, e não uma decisão definitiva. Aquela liminar foi derrubada por quatro votos a um, na discussão do mérito do STF. A discussão do mérito deu, portanto, a decisão de voltar a discutir, já que não era a emenda ou um substitutivo.

Nós temos, legalmente, a condição de discutir e até de discutir as três juntas e fazer o que fizermos, fazer desde o início. Ninguém aqui está se arrependendo. Estamos fazendo o que queremos fazer: votar o nepotismo, sim, acabar com o nepotismo, sim, mas de verdade e não apenas no discurso.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Eu acredito nisso. Eu acredito fielmente na sua disposição desde que o Governador não decida o contrário. Eu acredito fielmente.

Mas, que dizer ao Deputado Stica, com todo o respeito, um Deputado combativo, dizer que tem que demitir o assessor da Liderança do Governo, porque a imprensa é testemunha.

Eu estava dando uma entrevista a toda imprensa escrita ontem, quando um assessor da Liderança do Governo chegou, dizendo: Isto aqui não pode votar, é da Liderança do Governo.

Na verdade está desarticulado, Stica. Vamos conversar. Vamos “parlar”. Vamos conversar entre os Deputados do Governo, para não haver essa articulação, porque de repente um assessor vem trazer uma posição da Liderança do Governo para a imprensa. Num outro momento votasse contra e, agora já temos um posicionamento favorável. Saudável. Eu acho saudável. Ninguém deve persistir no erro. Quantas vezes eu errei nesta Casa, e se eu pudesse voltar atrás, voltaria.

Deputado Vanhoni com o aparte.

O Sr. Ângelo Vanhoni (PT)

Quero dar uma informação a V. Exa.

Uma Ação de Inconstitucionalidade não é qualquer cidadão, que discordando da Assembléia, possa entrar. Precisa ser uma entidade nacional. Ação de Inconstitucionalidade contra essa emenda precisa ser uma entidade de fórum nacional, ou um partido político. Não cabe a uma pessoa proceder esta ação. Então não será qualquer um.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Agradeço a informação de V. Exa. mas, todos nós, que somos políticos, quantos Partidos o senhor quer que eu arrume para entrar com essa ação na Justiça? Tem Partido de aluguel para tudo que é tipo, para tudo que é gosto. Essa é a grande verdade. Esta é a grande razão porque estou aqui hoje, nesta tribuna.

Partido político, se fosse preciso de entidade, tem entidade para tudo que é gosto. Esta é a razão dessa questão, Deputado Luiz Carlos Martins.

Por essa razão, pedi ao Líder do PSDB, para que me indicasse para eu fazer parte da Comissão. Porque nós

vamos emendar a PEC do Governador. Nós vamos colocar lá que não vai entrar em vigor em cento e oitenta dias, vai entrar em vigor imediatamente. Quanto à questão do cruzamento do nepotismo, ou do entrelaçamento que o Governador está falando por aí, nós somos favoráveis a tudo, todas as encruzilhadas que tiver nessa lei, somos favoráveis, desde que proíba essa questão. Não há dúvida de que isto foi um artifício para enganar a população. Para mim ficou claro. Deputado Hermas Brandão, eu encerro a minha fala só me referindo à questão que o Deputado Plauto levantou: Deputado Plauto, aonde está faltando segurança as escolas vão fechar? Então há municípios que vamos ter que fechar, porque tenho viajado este Paraná, não tem um município no interior, hoje, que a grande preocupação da população não seja segurança. E o Roberto Carlos está aí para cantar.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

PMDB. Deputado Rafael Greca com a palavra.

Liderança do PMDB: Deputado Rafael Greca

O SR. RAFAEL GRECA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sobre a polêmica levantada pelo Deputado Rossoni, e objeto do debate, eu teria a dizer que confiamos na assessoria jurídica da Casa; há um corpo bem remunerado de doutos Procuradores, que pode e deve esclarecer essa idéia se é constitucional, ou não. A Mesa da Assembléia também pode se cercar de assessoria, de encomendar pareceres. O Deputado Nelson Justus, mais experiente, levanta a impossibilidade do exame; outros Deputados discordam. Mas, vamos ver o que a douta assessoria da Casa diz, porque esta, que é uma Casa de Leis, tem, graças a Deus, já um corpo funcional destacado, não nepótico, que pode e deve opinar sobre o assunto.

Ocupo a tribuna para convidar às Sras. e os Srs. Deputados para amanhã, no plenário, pela manhã, participarem de um seminário de bioenergia. Virão aqui, além do Presidente da Copel e do engenheiro Luis Rossafa, o Dr. Fernando Siqueira, que é o Diretor da Associação dos Engenheiros da Petrobras, vem do Rio de Janeiro; o Dr. Ricardo Audi, que com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo, tem um interessante junto às empresas Raudi em São Carlos do Ivaí, próximo a Maringá, interessante trabalho também em parceria com a Coopcana, e que permitiria a criação imediata de uma fábrica de bionergia, ou de combustível etanol, para ser colocado no mercado a perto de sessenta, setenta centavos de reais o litro. Esse processo das bioenergias, não confundam com a atual jactância do Governo Federal de que o Brasil está auto-suficiente em petróleo. Isto é uma mentira, porque o Brasil compra o petróleo leve do chamado primeiro mundo e do exterior, e vende o petróleo pesado. A Petrobras não tem condições de fazer nafta e outros derivados

petroquímicos de petróleo pesado, só o faz de petróleo leve, importado, e as importações chegam a mais de 10% do consumo.

Aliás, a era do petróleo está ultrapassada, o seminário de amanhã quer inaugurar, nesta Casa, a idéia dos biopolíticos voltados para a bioenergia, porque não há nada que possa ser feito de derivados de petróleo que não possa ser feito de biomassa, desde a cola para MDF, que é etanol, e que seria um componente importante dessa nova cadeia produtiva que nós estamos propondo para o Paraná, até o biodiesel para livrar o Prefeito Beto Richa da sua aflição com a passagem de transporte coletivo já pela hora da força e da morte, porque não se pode mantê-la congelada num momento em que o barril de petróleo já oscila acima dos setenta dólares e já é projetado a cem.

Amanhã falarão aqui grandes autoridades da idéia das bioenergias. Cada pessoa falará durante trinta minutos. Haverá possibilidade de perguntas.

Quero convidar o Presidente e agradecer o apoio que a Casa deu à idéia. Convidar a Deputada Cida Borghetti, que tem um projeto semelhante ao meu, na área do estímulo às bioenergias.

O Paraná não pode perder a chance da história. A ocasião é agora. “A ocasião é uma mulher bonita”, diz o discurso da primeira década de Tito Lívio Maquiavel, “que visita os mortais uma vez na vida. Tem a nuca pelada e dois fios de cabelo na frente da testa”. Quem não agarra a ocasião quando ela passa, depois quando vai agarrá-la não consegue pegá-la. E ela diz: ‘Fui a virtude, a ocasião, te visitei, mortal, e você não me apanhou, não subiu no meu carro. Converse aí com meu irmão mais lento. Ele vem a pé. Ele vem comendo a poeira do meu carro. E como se chama o irmão da ocasião? Ele se chama arrependimento.’”

O Paraná não pode perder a chance de fazer-se a primeira unidade da Federação a lutar pela bioenergia. A Copel tem que entrar nisso. É um programa de geração de emprego e de renda. Seja para plantar capim-elefante em Ortigueira, em Pinhão, debaixo do linhão da Copel perto das invasões, seja para aproveitar os resíduos da agroindústria, como é o caso do baçago e a palha da cana-de-açúcar. Seja ainda para fazer biomassa de pinhão-manso, essa planta que já movia automóveis no tempo da guerra, na fazenda dos Príncipes de Orleans de Bragança, em Jundiá do Sul, região de Jacarezinho.

Tem um sujeito chamado Tomas Fendeulm, engenheiro que virá aqui amanhã também, que anda com automóvel com óleo de cozinha usado dentro do motor do automóvel. Há, pelo menos cinquenta tipos de tecnologia já à venda na Alemanha para fazer flex os motores dos automóveis e utilizar óleo de cozinha usado.

Não podemos perder a chance! O patronato rural sempre tão zeloso em querer o apoio do Estado, pode e deve embarcar nesse carro de futuro.

E é isso que quero propor ao conjunto da Assembleia Legislativa com esse seminário que se realiza amanhã.

Comunico à Assembleia Legislativa a presença da dona Vera Urbrisch, senhora do Prefeito de São Mateus do Sul, que nos honra com a sua visita.

E comunico também à Assembleia Legislativa que o Governador Roberto Requião, com o rompimento do contrato com a El Paso e a Petrobras, livrou o Paraná de pagar até dezembro de 2005, um bilhão e quatrocentos milhões de reais.

Agora a Copel está reestatizando a termelétrica por quatrocentos milhões de reais. Estamos economizando um bilhão de reais.

O Deputado Scarpellini disse que chamei o Governador de “gorila do Bigorriho”. O nosso “King Kong do Bigorriho”. Porque tem ternura e tem inteligência ele, ao romper os contratos, o “King Kong do Bigorriho” conseguiu, de maneira extraordinária, economizar para o Paraná mais de um bilhão de reais.

Haverá um investimento de cinquenta milhões na conversão da usina para “usina flex”, podendo ser de gás, de diesel, no futuro; e até de biodiesel, diesel de biomassa.

O Brasil vive a ameaça de um apagão em 2008. Vai ter que ser mudada a ciclagem da termelétrica para ser adaptada à rede brasileira, mas essa falta de investimento qualificará a Copel para se tornar ainda melhor, do ponto de vista da produção de energia.

O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

Permite um aparte, Deputado?

Passa a usar o horário da Liderança do Governo

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Quero dar um aparte, no Horário da Liderança do Governo, para o Deputado Neivo Beraldin.

O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

Deputado Rafael Greca, V. Exa. parece que se precipita um pouco em dizer que o Paraná está a salvo de perder um bilhão de reais.

Começamos um trabalho na Comissão de Fiscalização, hoje, com o Presidente da Copel e toda sua diretoria, e terça-feira que vem, aqui estará o Presidente da época, o Ingo Hubert, também com a sua equipe.

Na verdade, a Copel tem 20% nesse empreendimento, a Petrobras 20% e a El Paso 60%. O que requisitamos agora, é o dia, mês e ano que cada uma aportou capital, quanto foi e quanto significa o capital dessa empresa limitada. Não é uma S/A. Fizemos uma empresa de papel, aparentemente compraram um equipamento que não era o adequado, foi feito um negócio que, simplesmente, o Paraná está pagando a conta.

Então, parece-me que temos que aguardar a documentação requisitada, por escrito, da composição acionária, das reuniões, das atas das reuniões. Por exemplo: a empresa não tem mais licença do IAP e nem da Aneel,

dito isso pelo Presidente da Copel. Então, precisamos, em relação a essa mensagem governamental, discutir com rapidez, sim, mas conhecer com profundidade essa questão, porque tem aí a Compagás que está envolvida; tem também as ações que a Copel vendeu no período Lerner, em torno de 111 bilhões, que faturou perto de três bilhões de reais. Temos muita coisa a discutir em relação a essa questão.

Não vamos lançar, na minha opinião, na minha ótica, uma vantagem porque não é vantagem nenhuma pagar 190 milhões de dólares à vista, sendo que o processo pode ser discutido na Justiça, durante anos e anos, ou poderia ser colocado em um leilão público, daí a El Paso poderia comprar, a Copel, a Petrobras ou outra qualquer.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Deputado Neivo Beraldin, é evidente que não pretendemos que seja cerceado o direito da Assembléia de discutir a Mensagem do Governador, tanto que vem em forma de lei a consolidação, a homologação desse acordo, mas estou dando a versão da Diretoria da Copel, do seu Presidente e, também, ouvi de empresários da construção pesada que esse terá sido, talvez o ponto de vista do interesse público, o melhor negócio na área elétrica dos últimos tempos.

Quero também esclarecer que os 190 milhões de dólares estão segurados com seguro monetário, de maneira que se houver oscilação na moeda, vai ser sempre quatrocentos milhões de reais, que é aproximadamente o valor de hoje.

Quero dizer a V. Exa., Deputado Beraldin, que é apreciável o trabalho da Comissão de Fiscalização da Assembléia. Acho muito importante a publicação da versão do Governo porque o Governo, isso me foi dito pelo próprio Governador, não tem nada a temer desse vantajoso acordo que encerraria a questão da El Paso e do “take or pay” com a Petrobras, com relação à termelétrica.

O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

Permita-me uma palavra. Duzentos milhões de dólares, ou 190, dá para fazer uma hidrelétrica que vai gerar infinitamente mais megawatts do que qualquer termelétrica inventada em Araucária.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Mas, até onde eu sei, o que se está fazendo é um acordo inclusive com o Tribunal de Arbitragem, em acordo judicial para evitar que a Copel seja condenada por rompimento dos contratos. Fica vantajoso para o Paraná, no ponto de vista de valorização da Copel.

O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

Não vamos discutir mais. Gostaria de saber qual foi a atitude que o atual Governo tomou, no campo jurídico, sobre esse contrato da Copel, da El Paso e da Petrobras. Quais foram as ações cíveis e criminais que o

Estado tomou, porque está evidenciado que há um contrato lesivo ao interesse do Estado.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

O Procurador virá a tempo e a hora de acordo com os requerimentos de V. Exa., esclarecer tudo. Parece-me bom negócio para o Paraná do ponto de vista de se remediar uma compra de uma termelétrica feita no passado.

Eu, por exemplo, enquanto engenheiro paranaense, até quando compunha como aliado político o Governo Lerner, estranhei sempre muito essa termelétrica do lado do rio Iguaçu. Estranhei. Agora, há quem diga que pode vir a ser vantajoso em 2010, depois do apagão de 2008, quando a termelétrica já tem no leilão da Aneel as autorizações necessárias para vender a sua energia.

O que está fazendo agora é uma reengenharia. E essa reengenharia, até aonde consigo compreender, não tem nenhum defeito com relação à questão do interesse público.

O Deputado Scarpellini tem um aparte.

O Sr. Domingos Scarpellini (PSDB)

Agradeço a V. Exa. pelo aparte. Sabemos que o Governo do Estado criou um problema muito sério com a El Paso e essa tentativa de rompimento se deu com o Governador Roberto Requião e o seu Procurador-Geral, Dr. Botto de Lacerda, e esse assunto está sendo tratado lá em Paris, no Juiz Arbitral que irá certamente confirmar uma sentença de condenação ao Governo do Paraná em torno de 840, 860 milhões de dólares.

Visto isso, temos que trazer para cá, Deputado Rafael Greca, uma confirmação de que o Governo do Estado, através do ato do Governador e do seu Procurador Geral, não agiu bem. Tanto, que vai haver essa condenação. A confirmação da condenação. E que por isso o Governo se antecipa em comprar, para evitar essa condenação definitiva. Seria mais ou menos por aí.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Dei-lhe um aparte, mas não vou dar o discurso.

O Sr. José Domingos Scarpellini (PSB)

Só quero encerrar agora, sobre a questão do “King Kong” que V. Exa. me falou. “King Kong” é uma figura violenta, diabólica, cheio de forças e tal. Gostaria de saber se o “King Kong” lá do Bigorriho, que V. Exa. disse, é o mesmo Governador que o senhor hoje trata com tanta ternura, com tanto carinho? Se o Governador Roberto Requião é o mesmo Senador que denunciou o Ministro com relação à máfia espanhola, é o mesmo? O “King Kong” é com ternura ou com violência?

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Já terminou?

O Sr. José Domingos Scarpellini (PSB)

Não.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Então termine, que vou responder.

O Sr. José Domingos Scarpellini (PSB)

Estou esperando a sua resposta.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Está encerrado o seu aparte. Vou responder: Dom Élder Câmara disse que, às vezes, ao longo da vida, para permanecer como somos, temos que mudar muito! Essa visão conservadora de que tudo deve sempre permanecer no mesmo lugar, não implica o diálogo político que agora tem sido muito proveitoso entre a minha pessoa e a do Governador.

Para concluir, quero dizer que nós dois perdemos tempo, em já antes não termos conversado sobre o elevado interesse do Paraná. Desaforo não conta. Eu fiz, ele fez. O desafio é a ausência do argumento. O desafio, aliás, é derrota confessada.

Era isso.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. TADEU VENERI (PT) **(Pela Ordem)**

Apenas para concordar com o Deputado Rafael Greca, que o desafio é a falta de argumento. Tanto que hoje, o Governador Roberto Requião, mais uma vez foi extremamente desaforado com esta Assembléia e com este Deputado.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Sr. Presidente, só para dizer que acho que o Deputado Tadeu Veneri tem razão.

(Risos)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB) **(Pela Ordem)**

Quero dizer, que diante dos fatos não há argumento. O Dom Élder Câmara, citado pelo nosso pároco de plantão, aqui na Assembléia, hoje, sempre foi um pacifista. Não queremos de maneira nenhuma que a guerra seja o mote e que as palavras ditas pelos Deputados, sejam as palavras da agressão.

Lembro-me muito bem, fui com o Governador Roberto Requião, ainda Senador, na campanha do Deputado Vanhoni a Prefeito, fomos na Universidade Tuiuti, onde ele foi fazer uma palestra. Fiquei tão envergonhado com as palavras que o Senador Requião falou do Deputado, aqui presente, Rafael Greca de Macedo, que eu, que não era autor das palavras, era um simples mortal acompanhando, quando me lembro das referências com relação às naus - Capitania -, enfim, as três que iriam comemorar os quinhentos anos, francamente, o ódio convive e vive tão perto do amor. Porque foi uma coisa tão baixa e tão nojenta, Deputado Rafael Greca de Macedo, que realmente V. Exa., hoje, ao estar próximo do Governador Roberto

Requião, não tem Dom Élder Câmara, Paulo Evaristo Arns, o Arcebispo de Curitiba ou quem é que possa explicar aquela tão grosseira colocação, feita pelo Governador, na Universidade Tuiuti.

Mas, eu perdô V. Exa. por estar dizendo: "Cesar, os que vão morrer te saúdam. Amém!"

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) **(Pela Ordem)**

Há poucos dias atrás, votávamos aqui na Casa a mensagem governamental, que pretendia extinguir as empresas Paranainvestimento, só que nós no ano de 2005. Eles não estão atendendo o requerimento de 96 até aqui. Só no ano de 2005, ligeiramente dando uma observada no processo, a movimentação contábil é bastante grande.

Portanto, retifico a V. Exa. a necessidade de este Poder solicitar à Paranainvestimento e à Paranadesenvolvimento, o seu movimento contábil financeiro e administrativo desde 1996. Era isso!

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

Sr. Presidente, apenas uma orientação de V. Exa.

Como é que vai funcionar a Comissão Especial do Nepotismo?

O SR. PRESIDENTE **(Hermas Brandão)**

Vou inclusive solicitar às Lideranças, logo após a palavra do Deputado Elio Rusch, sobre a indicação.

O SR. LUIS CARLOS MARTINS (PDT)

Após isso ela já estará funcionando?

O SR. PRESIDENTE **(Hermas Brandão)**

Tem que ser instalada. O Vice-Presidente, Pedro Ivo, amanhã poderá instalá-la se os Partidos indicarem os nomes. E se não indicarem hoje, amanhã indicarei.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

Obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE **(Hermas Brandão)**

No Horário da Liderança da Oposição, com a palavra o Deputado Elio Rusch.

Liderança da Oposição: Deputado Elio Rusch (PFL)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Uso o espaço da Liderança da Oposição para discorrer sobre um assunto que a Assembléia já está discutindo há duas ou três semanas. Na verdade, pouco tenho me manifestado sobre a questão do nepotismo, mas não posso ficar calado diante dos argumentos que alguns Deputados usam para tentar convencer a população em relação aos seus atos feitos no dia da votação dessa PEC do Deputado Tadeu Veneri.

Ora, quarenta Deputados na 1ª votação votaram SIM, a favor da PEC, e para surpresa da sociedade do Paraná - não para nós Deputados, mas, à sociedade do Paraná - na 2ª votação, apenas vinte e nove Deputados votaram a favor, sendo que quinze Deputados votaram NÃO e dez ausentes, algo nesse sentido. E após a votação dessa PEC na segunda quando foi rejeitada, assistimos e estamos verificando uma corrida desesperada dos arrependidos, dos Deputados que se ausentaram e dos Deputados que votaram NÃO, tentando justificar à sociedade do Paraná os seus atos, talvez seguindo uma orientação do Governador Roberto Requião.

Ora, acredito e entendo que cada um tem que agir de acordo com a sua vontade e de acordo com os seus princípios. A Assembléia tem rejeitado essa PEC. Nós, nas duas ocasiões, votamos favorável, como os Deputados de Oposição e outros Deputados que não integram a Bancada da Oposição na Assembléia Legislativa. Após essa votação, a derrubada da PEC começou a circular e nós já sabíamos que toda a legislação é regulamentada pela Lei Maior, que é a Constituição Federal, promulgada em 88 e a Constituição do Estado do Paraná, promulgada em 89 e tendo como relator o eminente Deputado Caíto Quintana.

Ora, ontem circulou um documento aqui na Assembléia. Independente dessa interpretação e desse documento do Supremo Tribunal Federal, vamos deixar claro uma coisa: o que é que está escrito na Constituição Federal?

Vamos ver o que foi votado pelo Congresso, e o que o Supremo julgou não é a mesma coisa que estamos discutindo aqui na Assembléia. O que diz o artigo 60 da Constituição Federal? Artigo 60: "A Constituição poderá ser emendada mediante proposta". O que diz o parágrafo quinto, Srs. Deputados e Deputado Hermas Brandão? O parágrafo quinto está claro, diz o seguinte: "A matéria constante de proposta de emenda rejeitada, rejeitada ou havida por prejudicada, não é, é rejeitada, não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa". É a Constituição Federal que diz isso, Sr. Presidente Hermas Brandão. Essa é a Constituição que rege toda a legislação que temos no Brasil, não existiria código civil, nem código penal, se a Constituição não desse os poderes para que fossem regulamentados. E por que é que veio a Constituição do Estado do Paraná? Eu já disse, relatada pelo eminente Deputado Caíto Quintana, artigo 64, é uma cópia fiel do que está escrito na Constituição Federal, Deputado Natálio Stica: "A Constituição poderá ser emendada mediante proposta da Constituição do Estado do Paraná. Parágrafo quarto: "A matéria constante de proposta de emenda rejeitada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa. E aí que eu lembro as palavras do Deputado Valdir Rossoni da outra tribuna. Está claro, o que vamos fazer? Infringir, Deputado Caíto Quintana, a Constituição brasileira?

Infringir a Constituição do Estado do Paraná? Nós não sabíamos disso quando votamos! Vamos votar agora

a PEC do Governador? Não é possível! Olha, eu não tenho formação em direito, não sou bacharel, o que de conhecimento eu tenho são vinte e nove anos de vida pública no Legislativo, seja no municipal, ou seja no estadual, mas tenho me pautado, sim, na legislação. E se nós vivemos em um estado de direito democrático, temos que seguir, Deputado Nelson Justus, que já foi Presidente desta Casa, aquilo que a legislação diz e ela é clara. Será que não corremos o risco, Presidente Hermas Brandão, de aprovar uma nova PEC - e disse o Deputado Ângelo Vanhoni que apenas Partidos e entidades poderão recorrer ao Supremo?

Não sou jurista, não sei, mas se eu for prejudicado com uma legislação qualquer, eu, como cidadão, entro na Justiça para procurar os meus direitos, se não no Supremo, na primeira ou na segunda instâncias. E daí que eles vão ao Supremo. Ninguém pode me tolher esse direito como cidadão, porque senão eu não moro, não estou vivendo em um país de estado democrático de direito. Ninguém pode me tirar esse direito. E será que nós não vamos fazer, na Assembléia, votando essa PEC agora, a mesma coisa que fizemos, Sr. Deputado Antonio Anibelli, o que nós fizemos com a Lei dos Transgênicos? Quando a votamos nós, Deputados da Oposição, alertávamos que seria uma lei inócua, porque a questão dos transgênicos é regulamentada por uma lei federal. Mas a Assembléia aprovou, o Governador sancionou. O PFL e o Governador do PT, do Mato Grosso, entraram com uma Adin e derrubaram a lei do Estado do Paraná.

E agora? Diante do que está escrito nas Constituições Federal e Estadual, vamos atropelar isto? Atropelar o Regimento Interno até que tudo bem, mas a Constituição, que é a coisa mais sagrada, aquilo que temos que rigorosamente seguir? Isto não é possível.

O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Elio Rusch, acho que V. Exa. está cheio de razão. Sinceramente, se votarmos mais uma vez, vamos voltar àquilo que discutimos, discutimos, e avisamos que precisávamos de 33 votos porque era uma emenda à Constituição. Todo mundo sabia disto. Quem quis votar a favor ou contra o nepotismo, votou. Parece-me que se ingressar no plenário nova votação vamos ter 54 votos a favor, mas só que daí devíamos pensar, acho até, remeto para análise do conjunto da Casa, pensar em votar diante de um parecer jurídico sobre a possibilidade de criarmos um discurso que já foi feito, que a Casa já se manifestou e sabemos que é só o ano que vem.

Então, vamos dar a oportunidade simplesmente para dizer que votamos unanimemente, mas que a população, no dia seguinte, vai saber que nada valeu.

O Sr. Nelson Justus (PFL)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Em um minuto apenas, repetir aquilo que já disse, parabéns, primeiro, Deputado Elio Rusch, V. Exa. pode não ter cursado Direito, mas entende de lei perfeitamente. Acabou-se a história e morreu a vitória. Não tem mais como esta Casa votar essa matéria. É um absurdo, é uma afronta, é uma sova na Constituição. Este é o termo - é uma sova às duas Constituições, votarmos esta matéria novamente. E digo mais - não precisa ser uma instituição para pedir a inconstitucionalidade. Qualquer parente de quem quer que seja, de qualquer Prefeito, de Deputado que entrar na justiça com mandato de segurança, derruba esta PEC em cinco minutos, para não exagerar no tempo.

Muito obrigado e parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Só para esclarecer a V. Exa. e aos demais Parlamentares que tive o cuidado de fazer uma consulta ao nosso Procurador Geral da Casa, Dr. Airton Loyola, e o parecer dele foi favorável em razão que a PEC apresentada pelo Governador Roberto Requião foi apresentada dentro do tempo legal, e a outra ainda não havia sido rejeitada. Vamos levar isto, a sua questão - quem quiser questionar na Justiça, questiona.

Eu tomei uma posição política de fazer que esta Casa votasse o projeto. Não quero que fique sobre esta Casa o ônus, a responsabilidade de termos aprovado ou não, principalmente a minha responsabilidade é muito grande, como Presidente deste Poder.

Eu tomei uma posição política, vou levar até o final. Só se a Justiça impedir.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Sr. Presidente, nós jamais, diante da colocação de V. Exa., podíamos esperar outra atitude política de V. Exa. Lamento profundamente, o Paraná lamenta profundamente a votação já ocorrida na Assembleia Legislativa, mas uma coisa vou dizer, Presidente: estamos ferindo, sim, politicamente V. Exa. está agindo correto, mas tecnicamente e como administrador da Casa, estamos infringindo a Constituição. Nós vamos votar, tenho certeza, se esta PEC vier para cá, parece que tem 54 votos a favor da PEC do Governador, mas quero deixar claro, totalmente inconstitucional e ilegal se vier esta votação para plenário. Vai acontecer a mesma coisa - qualquer cidadão que entrar na Justiça derruba essa votação. Volto a dizer, a mesma coisa que aconteceu com a Lei dos Transgênicos.

Obrigado.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Sr. Presidente, quero registrar, com satisfação, a presença nesta Casa, do Vereador Juarez, Presidente da Câmara de Cascavel, futuro Deputado Estadual, acompanhado dos Vereadores Leonardo Mignon, Fernando Lima e Reis. Sejam bem-vindos. A presença do Prefeito Vitorino Micholotto e do Prefeito de Diamante do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

As nossas boas-vindas aos visitantes.

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT)

Sr. Presidente, a informação que gostaria de receber é a seguinte: como está tramitando a emenda apresentada à Casa, do Governador do Estado, que trata do nepotismo e hoje até às seis horas da tarde é o prazo para recebimento de emendas, pergunto a V. Exa.: a contribuição que o Deputado Tadeu Veneri trouxe à Assembleia, que vinte e poucos Deputados trouxeram à Assembleia pode entrar como emenda?

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Pode e o Deputado José Maria parece que está preparando para dar entrada, como foi a PEC também apresentada por vinte e poucos Deputados, encabeçada pela Bancada do PMDB, o Deputado Nereu já apresentou como emenda à PEC 27; já está dentro do processo.

Faço um apelo ao Líder do PMDB, Deputado Antonio Martins Anibelli, para que fizesse a indicação do membro que vai compor a comissão. O PSDB já indicou o Deputado Rossoni, o PDT o Deputado Luiz Carlos Martins, o PT o Deputado Elton Welter, PMDB Deputado Caíto Quintana, o PFL Deputado Durval Amaral. Está completa. Solicito ao nobre Vice-Presidente, Deputado Pedro Ivo Ilkiv, que faça a instalação amanhã, oficialmente, dessa Comissão.

O SR. ELIO RUSCH (PFL) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, o senhor solicitou também ao Vice-Presidente, Deputado Pedro Ivo, que se Lideranças dos Partidos indicassem os componentes daquela Comissão Especial para que visitassem algumas fazendas no Paraná, que estão invadidas, já foi solicitada ontem pelo Vice-Presidente que fossem feitas as indicações de sete membros, pelas lideranças partidárias?

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Reforço a solicitação aos líderes partidários que indiquem até amanhã, senão essa Presidência fará a indicação.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, a Liderança do Partido me indicou para a Comissão? Tudo bem, vou conversar com a Liderança depois.

Só quero deixar registrado que o pronunciamento do Deputado Elio Rusch foi didático. Tenho convicção plena que vamos trazer um assunto à discussão que não vai prosperar porque, no fundo, teríamos que ter, no meu modo de entender, uma outra atitude, teríamos que reunir as Lideranças dos Partidos, procurar uma forma possível porque, do jeito que está, vamos acabar não votando. As Constituições Federal e Estadual não deixam nenhuma dúvida sobre a impossibilidade. Portanto, teríamos que fazer uma reunião para discutir esse assunto e talvez

encontrar uma forma para que possa prosperar, porque do jeito que está, não chegamos nem à votação, tenha certeza V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputado Caíto Quintana, respeito a posição de V. Exa. como respeito a posição de todos os Deputados mas, é uma decisão que esta Presidência já tomou e com certeza ela só não seguirá em frente se a Justiça impedir, se não, vamos levar ao Plenário esta proposta.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB)

Para manter a Questão de Ordem, Sr. Presidente, tenho a impressão que o Dr. Aírton Loyola estava um pouco confuso na hora que ele fez o parecer.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Tenho que confiar em alguém, Deputado Caíto. Ele é o Procurador-Chefe da Casa, tenho que concordar com o parecer dele.

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (**Pela Ordem**)

Já tivemos vários projetos, um deles de autoria da Deputada Elza, que foi derrotado no Plenário e ela apresentou um recurso com 28 assinaturas e o projeto voltou à pauta. Nesse projeto, não poderemos resgatá-lo com 28 assinaturas.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Já foi feita uma tramitação, já está composta a Comissão. Vamos aguardar.

O SR. PEDRO IVO ILKIV (PT) (**Pela Ordem**)

Só para comunicar que faremos a instalação da Comissão amanhã, às 14h15, na sala da Presidência.

O SR. TADEU VENERI (PT) (**Pela Ordem**)

Apenas para não perder aquilo que o Deputado Reni já colocou, que durante a segunda votação da PEC tivemos, aqui, circulando um documento assinado por dois mestres em Direito, um deles o Dr. Delazari e o outro o Dr. Samuel, dizendo que cometeríamos uma barbaridade e que estávamos nos salvando do vexame. E que salvos do vexame, poderíamos novamente votar a PEC salvadora que viria do Palácio Iguaçu.

Provavelmente esses dois mestres do Direito devem ter conhecimento suficiente para saber o que estavam falando.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 48 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Expediente subscrito pelo Deputado Ângelo Vanhoni, na qualidade de Líder do PT, constante do expediente, indicando o Deputado Elton Carlos Welter para compor a Comissão que irá analisar a Proposta de Emenda à Constituição Estadual, proposta através da Proposição PEC nº 27/06, que trata do nepotismo, de autoria do Poder Executivo. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Deputado Nereu Moura, com apoioamento dos Deputados Vanderlei Iensen, Mauro Moraes, Elza Correia e Nelson Garcia, constante do expediente, encaminhando Questão de Ordem, solicitando que sejam juntadas todas as propostas de emendas constitucionais que visam o fim do nepotismo. **À Procuradoria Geral, para analisar.**

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria da Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Deputado Cleiton Kielse, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Durval Amaral, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Nereu Moura, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Alexandre Curi, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão / Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 129/04, de autoria do Deputado Hermas Brandão, concedendo título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Belmiro Valverde Jobim Castor. **Aprovado. (Publ. no DA nº 030/04, de 20/04/04)**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 777/05, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, dispondo sobre os veículos apreendidos ou sinistrados que se encontram nos pátios do Detran, das Ciretran's e postos da Polícia Rodoviária Estadual do Estado do Paraná. **Aprovado. (Publ. no DA nº 140/05, de 07/12/05)**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 077/06, de autoria do Deputado Elio Rusch, dispondo sobre a obrigatoriedade da fixação de avisos, alertando as pessoas portadoras de marcapassos cardíacos. **Aprovado. (Publ. no DA nº 009/06, de 07/03/06)**

3ª Discussão

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 361/05, de autoria do Deputado Elton Carlos Welter, incentivando o desenvolvimento do turismo rural na agricultura familiar (TRAF) no Estado do Paraná e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CAICTM. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Emenda - Aprovada. Projeto - Aprovado.**

2ª Discussão

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 306/04, de autoria do Deputado Rafael Greca, dispondo sobre a prioridade na tramitação dos processos e procedimentos administrativos de interesse de idosos e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CDHDCD. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 602/05, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, concedendo título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Dom Moacyr José Vitti. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 603/05, de autoria do Deputado Rafael Greca, instituindo a Política Estadual do Livro. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECECT. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda.**

1ª Discussão

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 692/05, de autoria da Deputada Cida Borghetti, autorizando o Poder Execu-

tivo a criar o Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítimas de Crimes - Nucria, no Departamento da Polícia Civil da Secretaria de Estado da Segurança Pública. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 123/05, de 08/11/05).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 692/05

P A R E C E R :

Trata a proposição legislativa indigitada de iniciativa da nobre Deputada Cida Borghetti, que objetiva conferir feição legal ao Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítimas de Crimes - Nucria, no Departamento da Polícia Civil da Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Em análise prévia ao projeto apontou-se vício de iniciativa, sob o argumento de que a matéria demanda iniciativa privativa do Exmo. Sr. Governador do Estado.

Isso porque a proposição colidiria com o que dispõe a Constituição Estadual: Ressalvando o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre: ... IV criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública. E também: artigo 87. Compete privativamente ao Governador: ... VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei.

O artigo 66 da Constituição Estadual espelha a redação original do artigo 61 da Constituição Federal, que exige privativamente iniciativa do Presidente da República relativamente às leis que disponham sobre criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública.

Já manifestou o STF: As regras do processo legislativo federal, especialmente aquelas que dizem respeito a iniciativa reservada, são normas de observância obrigatória pelos Estados-membros (RTJ 163;957). Ainda:

ADI 1434/SP - SÃO PAULO

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE

Relator(a): Min. SEPÚLVEDA PERTENCE

Julgamento: 10/11/1999

Órgão Julgador: Tribunal Pleno.

Publicação: DJ DATA-25-02-00 PP-00050

EMENT VOL-01980-01 PP-00036

Ementa

EMENTA: ... I. Processo legislativo: modelo federal: iniciativa legislativa reservada: aplicabilidade, em termos, ao poder constituinte dos Estados-membros. 1. As regras básicas do processo legislativo federal são de absorção compulsória pelos Estados-membros em tudo aquilo que diga respeito - como ocorre às que enumeram casos de iniciativa legislativa reservada - ao princípio fundamental de independência e harmonia dos poderes, como delineado na Constituição da República.

...

Pois bem. Ocorre que a Emenda Constitucional nº 32 veio a conferir ao dispositivo constitucional federal nova redação, para circunscrever a prerrogativa política de iniciativa do Chefe do Executivo, respectiva, à criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no artigo 84, VI.

A reforma constitucional, nesse ponto, claramente alterou a própria fórmula da Separação de Poderes em nossa República Federativa, no que diz respeito à questão específica. A propósito, há que se considerar uma reforma em nossa própria Constituição Estadual, para readequá-la à Federal, que já conta com aproximadamente quarenta emendas significativas.

Desse modo, há que se entender que a prerrogativa política do chefe do Poder Executivo deve se limitar às matérias sobre direção e funcionamento da administração pública. A proposição da nobre Deputada Cida Borghetti não cria nem extingue Secretarias de Estado ou outros órgãos da administração pública estadual, nem se propõe a alterar sua organização ou funcionamento interno.

É que o Nucria já existe e funciona, apoiando-se, contudo, em normas infra-legais, vinculando-se, de consequência, a critérios de discricionariedade.

O interesse público reclama a perpetuação do Nucria, mediante sua conversão em lei.

Nenhuma das normas objeto da proposição colide com a atual conformação do Nucria, razão pela qual não há que se falar em inconstitucionalidade.

Um único reparo, contudo, merece a proposição, na medida em que o artigo 1º determina: Autoriza o Chefe do Poder Executivo a criar...

Não, pois não cabe a esta Casa de Leis autorizar o Executivo a não ser nas hipóteses previstas no Regimento Interno. Tem esta Assembléia Legislativa autonomia para efetivamente conferir conformação legal ao Nucria.

Sendo assim sugere-se a redação seguinte: Art. 1º - O Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítimas de Crimes - Nucria - é legalmente reconhecido, com as características que lhe são próprias e as que lhe confere esta lei, a ser regulamentada pelo Executivo.

Desse modo, respeita-se integralmente a competência do Exmo. Sr. Governador.

É portanto o parecer favorável à proposição, com a redação substitutiva ao seu artigo 1º, submetido à apreciação dos demais integrantes desta Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, em 14.03.06.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente em exercício
DELEGADO BRADOCK - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA MODIFICATIVA
PROJETO DE LEI Nº 692/05

Súmula: Altera a redação do artigo 1º do Projeto de Lei nº 692/05, mantendo as demais disposições.

Art. 1º O artigo 1º do Projeto de Lei nº 692/05 passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º O Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítimas de Crimes - Nucria - é legalmente reconhecido, com as características que lhe são próprias e as que lhe confere esta lei, a ser regulamentada pelo Executivo.

Sala das Comissões, em 14.03.06.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente em exercício
DELEGADO BRADOCK - Relator

Apoioamento:

Hermes Fonseca.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 692/05

P A R E C E R :

Relatório

O Projeto de Lei nº 692/05, de iniciativa da Exma. Sra. Deputada Estadual Cida Borghetti tem por escopo autorizar o Poder Executivo a criar o Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítimas de Crimes - Nucria, no Departamento da Polícia Civil da Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a manifestar-se de acordo com o disposto no artigo 43 do Regimento Interno, apura-se que em função do grande número de crianças e adolescentes vítimas de infrações penais, como maus-tratos, lesão corporal - violência doméstica, estupro e atentado violento ao pudor, desprovidos de atendimento especializado, célere e efetivo, o presente projeto busca, com maestria, atender às necessidades supra mencionadas, a fim de resguardar o disposto na Constituição Federal e Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90).

Conclusão

Diante do exposto, esta Comissão de Segurança Pública apresenta parecer favorável ao presente Projeto de Lei nº 692/2005.

Sala das Comissões, em 28.03.06.

(a) DELEGADO BRADOCK
Presidente e Relator

COMISSÃO DE DEFESA DA MULHER DA
CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
PROJETO DE LEI Nº 692/05

P A R E C E R :

Relatório

O projeto de lei em tela, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que autoriza o Poder Executivo a criar o Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítimas de Crimes - Nucria, no Departamento da Polícia Civil da Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Fundamentação

Tal propositura já mereceu pareceres favoráveis das Comissões de Constituição e Justiça e Comissão de Segurança Pública.

Esta Comissão de Defesa da Mulher, chamada a opinar nos termos do artigo 33, parágrafo 15 do Regimento Interno, verificou que a medida em referência, visa dar a devida proteção constitucional destes cidadãos em desenvolvimento que são as crianças e adolescentes e que por suas fragilidades são vítimas em potencial de crimes. A criação deste núcleo vem em consonância com o pensamento deste Relator, que já apresentou em 2003 o Projeto de Lei nº 641, que se transformou em Lei nº 14.648, publicada em 23/02/2005, que criou o Conselho Estadual de Proteção às Vítimas de Abuso Sexual.

Conclusão

Pelo exposto, concluímos pela aprovação do presente projeto de lei, na forma apresentada.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.04.06.

(a) CIDA BORGHETTI - Presidente

RENATO GAÚCHO - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 013/06, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, dispondo sobre a aplicação de penalidades à prática de assédio moral nas dependências da Administração Pública Estadual Direta e Indireta por servidores públicos estaduais. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CDHCD. COM SUBSTITUTIVO GERAL E SUBEMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 003/06, de 16/02/06)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 013/06

P A R E C E R :

Relatório

Projeto de lei de autoria do Deputado Tadeu Veneri, que dispõe sobre a aplicação de penalidades à prática de assédio moral nas dependências da Administração Pública Estadual.

A proposição fixa, no seu artigo 1º, as penalidades de curso de reciclagem e aprimoramento profissional, suspensão, multa ou exoneração na prática de assédio moral por parte de servidor público do Estado, para logo a seguir conceituar assédio moral e arrolar, exemplificadamente, os atos considerados atentatórios à moral do servidor atingido.

Ainda dispõe que as penalidades a serem aplicadas serão decididas em processo administrativo e a receita proveniente das multas será investida integralmente em programa de aprimoramento profissional do servidor. Remete a norma à regulamentação por parte do Executivo, para o qual impõe prazo de 60 (sessenta) dias.

Em sua justificativa o autor fundamenta a necessidade da edição da presente lei a fim de punir a prática de assédio moral no âmbito da Administração Pública do Estado do Paraná, apresentando estudos que concluem na

alarmante nocividade que a atitude de determinadas chefias provoca no servidor assediado.

Voto e Fundamentação

Como informa o autor da presente proposição em sua justificativa, projeto semelhante, apenas com alguma diferença no texto, foi apresentado nesta Casa no ano de 2003, pelo mesmo ilustre Deputado Tadeu Veneri, mas que foi transformado em Indicação.

Porém a Indicação encaminhada não recebeu a devida atenção do Chefe do Executivo Estadual, pois não tomou nenhuma providência até a presente data, no sentido de encaminhar mensagem governamental com proposta de legislação sobre a matéria, renova o autor o presente projeto de lei.

Não há dúvida que a matéria enseja uma norma própria, para fins de coibir esta prática, que, infelizmente, é corrente, mas permanece desapercibida para a maioria dos nossos administradores.

O questionamento de ordem formal da matéria em exame efetivamente é quanto a eventual vício de iniciativa, posto que é competência exclusiva do chefe de cada Poder a iniciativa de encaminhar proposição a fim de se legislar sobre servidor público de seu conjunto de órgãos investidos de autoridade para realizar os fins do Estado.

Para afastar qualquer discussão tomamos a liberdade de apresentar um substitutivo, no qual alertou-se o enfoque de ser um regulamento disciplinador de servidor público, o que invadiria competência exclusiva de outros, para propor uma norma que garanta a todos, inclusive servidores públicos o direito de não ficar sujeito a assédios morais, remetendo a cada Poder a regulamentação específica para apurar-se responsabilidades e aplicar as medidas disciplinares.

Embora a real aplicação da norma dependerá de regulamentação, entendemos que a aprovação desta proposta de legislação de iniciativa do Deputado Tadeu Veneri, mas com o texto do substitutivo abaixo, importará na efetiva tomada de providências para coibir-se a nociva prática de assédio moral.

Conclusão

Sendo assim, somos de parecer favorável ao Projeto de Lei nº 013/06, porém na forma do substitutivo ora proposto, em redação anexa, acolhendo também emenda do Deputado Barbosa Neto.

Sala das Comissões, em 18.04.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ELTON CARLOS WELTER - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 013/06

Art. 1º Fica assegurado, no âmbito do Serviço Público do Estado do Paraná, em qualquer de seus Poderes, na Administração direta e na indireta, o direito à dignidade da pessoa humana, de todos os seus servidores e

usuários, devendo, para tanto, os seus representantes legais prevenir, coibir e, quando for o caso, apurar e punir a prática de assédio moral contra todo e qualquer servidor detentor de função pública no Estado ou por ele cometida contra outro servidor ou usuário do serviço público, nos termos desta lei.

Art. 2º Considera-se assédio moral, para os fins de que trata esta lei, toda ação, gesto ou palavra praticada de forma repetitiva por aquele que, abusando da autoridade que lhe confere suas funções públicas, tenha por objeto ou efeito atingir a auto-estima e a autodeterminação do servidor ou usuário do serviço público, com danos ao meio ambiente de trabalho, ao serviço prestado ao público e ao próprio usuário, bem como a evolução na carreira e à estabilidade funcional do servidor, especialmente:

I - determinando o cumprimento de atribuições estranhas ou de atividades incompatíveis com o cargo ou função que ocupa, ou em condições e prazos inexecutáveis;

II - determinando ao exercente de funções ou cargos técnicos, especializados ou mesmo para os quais se exija treinamento e conhecimentos específicos, a execução de atividades triviais;

III - apropriando-se do crédito de idéias, propostas, projetos ou de qualquer trabalho de outrem.

Parágrafo Único. Considera-se também assédio moral, entre outras, as ações, gestos e palavras que impliquem:

I - em desprezo, ignorância ou humilhação ao servidor, que o isolem de contatos com os seus superiores hierárquicos e com outros servidores, sujeitando-o a receber informações, atribuições, tarefas e outras atividades somente através de terceiros;

II - na sonegação de informações que sejam necessárias ao desempenho de suas funções ou úteis à sua vida funcional;

III - na divulgação de rumores e comentários maliciosos, bem como na prática de críticas reiteradas ou na subestimação de esforços que atinjam a dignidade do servidor;

IV - na exposição do servidor a efeitos físicos ou mentais adversos, com prejuízo para o seu desenvolvimento pessoal e profissional.

Art. 3º Cada Poder, no âmbito e limite de sua competência, regulamentará esta lei, por meio de ato em que se estabelecerão, entre outros fatores:

I - o mecanismo de recebimento de denúncia ou representação fundada nesta lei;

II - as formas de apuração de denúncia ou representação;

III - a graduação das infrações e respectivas sanções;

IV - a garantia de ampla defesa dos denunciados.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 18.04.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ELTON CARLOS WELTER - Relator

Apoiamento:

Hermes Fonseca.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 013/06
VOTO EM SEPARADO COM
PROPOSIÇÃO DE SUBEMENDAS

Da análise da proposição apresentada pelo Deputado Tadeu Veneri e do substitutivo geral apresentado pelo relator, em que pese reconhecermos as condições para tramitar em sua versão original, somos pela tramitação da proposição na forma do substitutivo geral, mas com a aprovação de duas sub-emendas para assegurar a aplicabilidade da norma.

O ordenamento jurídico pátrio, no tocante ao Direito Administrativo e Constitucional, não admite a instituição de sanções administrativas aplicáveis aos servidores públicos por meio de decretos ou outros regulamentos. As penalidades administrativas devem ser instituídas por lei.

O substitutivo geral delega aos Poderes e Órgãos a definição da graduação das infrações e respectivas sanções, bem como a garantia ao contraditório e ampla defesa.

Os órgãos e Poderes não têm competência para graduar as infrações e sanções por regulamentos próprios, sob pena de ofensa aos princípios constitucionais em especial o da legalidade.

Por outro lado, o direito ao contraditório e ampla defesa é princípio constitucional e está assegurado no estatuto dos servidores públicos estaduais.

Para superar tais inconstitucionalidades apresento as emendas anexas.

Sala das Comissões, em 18.04.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

BARBOSA NETO - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
SUBEMENDA SUPRESSIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 013/06

Suprimam-se os incisos II e III do artigo 3º do substitutivo geral ao Projeto de Lei nº 013/06.

Sala das Comissões, em 18.04.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ELTON CARLOS WELTER - Relator

Apoiamento:

Hermes Fonseca e Barbosa Neto.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, DA CIDADANIA E DA DEFESA DO CONSUMIDOR
PROJETO DE LEI Nº 013/06

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, dispõe sobre a aplicação de penalidades às práticas de assédio moral nas dependências da Administração Pública Estadual.

Fundamentação

A matéria já recebeu análise, quanto a constitucionalidade, da douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável, na forma do substitutivo ora proposto.

Conclusão

O objetivo deste projeto de lei em análise é de grande alcance social e esse tem sido o entendimento de vários setores da sociedade, inclusive da Administração Pública Estadual.

Isto posto, opinamos pela aprovação do projeto, porém, na forma do substitutivo geral.

Sala das Comissões, em 18.04.06.

(aa) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 899, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente da Sessão anterior. **Retirado pelo autor.**

Requerimentos nºs 913 a 917, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 920 e 940, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 922, de autoria do Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 924, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 925, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 928, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 934, de autoria do Deputado Rafael Greca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 935, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 936, de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 941, de autoria do Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 926 e 927, de autoria dos Deputados José Domingos Scarpellini, Barbosa Neto, Ademar Traiano, Valdir Rossoni e Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Em Discussão.**

O SR. VANDERLEI IENSEN (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 931, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. **Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).**

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 26, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 602 e 603/05.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 692/05 e 013/06.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 178, 185, 192 e 196/06.

Levanta-se a Sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ÂNGELO VANHONI, EM SESSÃO DO DIA 25 DE ABRIL DE 2006.

Nada Mais que a Verdade

Jorge Samek
Jornal O Estado

Sempre me orgulhei de estar construindo uma biografia, o que é muito mais do que montar um currículo. Criado na escola do inigualável senso de justiça das famílias Lacki e Samek - com avós poloneses que vieram

fazer do Brasil sua América -, tenho até agora me pautado pelas lições recebidas. Minha vida é assim: simples, com projetos claros e bem definidos: criar os filhos, apoiar as netas e servir à causa pública.

Menino de Foz do Iguaçu, engenheiro agrônomo, fiz de Curitiba, a partir dos anos 70, o campo de ação, de vivência plena da cidadania. Universitário, na universidade lutei pela democracia.

Terminando o curso de Agronomia, fui trabalhar como chefe do antigo Instituto de Terras, Cartografia e Florestas (ITCF) no litoral. Ao lado de outros companheiros da causa ambiental, lutei em defesa da Mata Atlântica, pela demarcação do Parque Estadual Pico do Marumbi, e pelo resgate, para o domínio do Estado, da ilha de Superagüi, Sítio do Patrimônio Natural da Humanidade pela Unesco.

Em 1982, começo da redemocratização, na primeira eleição pelo voto direto, apoiei o saudoso José Richa ao governo. Com a eleição de Richa, fui chamado a integrar a equipe como diretor da Secretaria de Estado da Agricultura. Implantamos um programa revolucionário de microbacias e manejo integrado dos solos, que marcou época na agricultura paranaense.

Dois anos depois, Roberto Requião eleito Prefeito de Curitiba, por ele fui chamado - eu, com pouco mais de 30 anos - a montar a Secretaria Municipal de Agricultura e do Abastecimento. Era um período de inflação galopante. Lançamos uma série de programas, alguns que viraram referência nacional e funcionam até hoje, para aproximar o produtor do consumidor e baixar o preço dos alimentos.

Curitiba fez-me Vereador por quatro mandatos seguidos, numa atuação em que não apenas acredito ter construído reputação ilibada, acima de quaisquer suspeitas de que o interesse público não fosse o meu único alvo; leguei ações parlamentares de importância indiscutível, como a Lei Municipal do Meio Ambiente, por exemplo.

Na Câmara, travei intensos debates para mudar o plano diretor da cidade, preservar o meio ambiente, melhorar o nosso sistema de transporte coletivo, a qualidade do ensino e do atendimento à saúde, as condições de moradia dos curitibanos.

Creio ter dado minha parcela de contribuição para que Curitiba chegasse à qualidade de vida que tem hoje. Os anais da Câmara Municipal estão à disposição da história, para confirmar minha vida parlamentar.

Curitiba deu-me também um mandato de Deputado Federal, o mais votado da cidade e Região Metropolitana, em 2002. Esse resultado foi novo aval, assim o entendi, ao meu trabalho e à coerência com que sempre me mantive firme na defesa de minhas metas. Afinal, o Paraná me conhece, e assim não há como a injúria fixar seus dejetos ao meu nome.

Convidado pelo Presidente Lula, assumi a direção geral brasileira de Itaipu, em janeiro de 2003. E a tenho dirigido sempre pautado pela ética e o respeito ao interesse público.

Homem de diálogo, de espírito desarmado, vejo-me, de repente, obrigado a terçar armas. Em defesa de meu maior patrimônio, a honra. Tudo, menos atentados contra minha honra.

Pois que, gratuitamente, dentro dessa onda de denunciismo que abala o país, meu nome foi apontado, primeiro na revista IstoÉ, por um estelionatário condenado pela Justiça, ex-funcionário da binacional, da qual se demitiu em 1992, e na qual jamais exerceu posição de relevo que lhe permitisse arrogar-se autoridade em coisa alguma, como supostamente envolvido - eu e meus antecessores - numa história fantástica, inverossímil e cheia de contradições, de gerir um caixa dois bilionário em Itaipu.

Depois na revista Veja, que me acusou, levianamente, e à Itaipu de perdoar dívida milionária de um fornecedor, em troca de imaginária cobrança de "propina", para abastecer o suposto mensalão.

Não só pelos números envolvidos - com contas que não fecham nem para sustentar altissonantes calúnias -, mas sobretudo pelos personagens que a montaram, a mentira tem de ser contestada.

Fiz e continuarei a fazer - o que se espera de todo homem público: fui à Comissão de Ética Pública do Governo Federal, abri meus sigilos bancário, fiscal e telefônico e pedi para ser investigado; acionei a Polícia Federal e o Ministério Público Federal para que todos os supostos fatos denunciados pelas duas revistas sejam rigorosamente apurados; coloquei-me à disposição do Congresso Nacional para os esclarecimentos necessários; recorri ao Judiciário; expus-me aos meios de comunicação contestando os crimes e os criminosos.

Da Justiça, veio a primeira decisão favorável, da juíza federal substituta, Dra. Mônica Aparecida Bonavina Camargo, da 8ª Vara Federal Criminal, de São Paulo. Ela determinou que a revista IstoÉ acatasse o direito de resposta à matéria caluniosa apresentada em sua edição de 18 de janeiro de 2006.

Outros passos tive de dar, na mesma linha de defesa da própria honra, jamais antes atingida: à revista Veja exijo, na Justiça Federal, ampla retratação. Veja publicou uma sucessão de absurdos tendo como informantes indivíduos com passado duvidoso, sem credibilidade. A revista Veja assim agasalhou, sem qualquer aprofundamento, aleivosias sobre fantásticas propinas, jamais cobradas. Esses fatos afetaram-me. Mas a calúnia é mal contra o qual há remédios na democracia.

A carta conjunta que comigo assinaram os ex-diretores gerais de Itaipu, Euclides Scalco e Francisco Gomide, é honroso aval de dois nomes paradigmáticos da vida pública à minha atuação à frente da empresa. É resposta de homens de bem à patologia da calúnia maquinada, mas que há de se esgotar em si mesma. Mesmo que acatada por meios de comunicação social importantes. Embora eu, por formação, seja absolutamente pró-liberdade de imprensa, com responsabilidade, é a ressalva.

Como não sou dissimulado, não aprendi a fazer cenas, considero a vida pública coisa séria. Por isso, não nego: vivo numa situação dolorosa, constrangedora, que me obriga a bradar contra os criminosos e os que lhes dão apoio e acatam suas diatribes. Sempre encarando as pessoas nos olhos, sinto que estão a me questionar - mesmo que em silêncio. A dúvida foi arditamente semeada.

Por isso, insisto: tudo, menos a honra. E que aflore apenas a verdade, remédio definitivo a curar uma

ferida aberta. Eu, de minha parte, continuarei a agir como aprendi desde o berço, sob aquele “senso de justiça de polacos”, implacável, irredutível, inarredável. É o amor à verdade dos Lacki e dos Samek, gente que tem história. E que me ensinaram a dizer - e a reclamar - a verdade, nada mais que a verdade, em qualquer circunstância.

Jorge Samek é diretor-geral brasileiro da Itaipu Binacional

